

[illegible]



Nº DO PROCESSO	0021101/2023	DATA DE ENTRADA	16/10/2023 17:43:27
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			

ASSUNTO
LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL
COMPLEMENTO
IMPUGNAÇÃO - PE 24/2023

REQUERENTE	
INSTITUTO ROSA BRANCA	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO  
110225-JONATHAN OLIVEIRA ROCHA--ASSESSOR 3 - AS 3



**0021101/2023**

16/10/2023 17:43:27

**REQUERENTE**  
INSTITUTO ROSA BRANCA

**ASSUNTO**  
LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

**COMPLEMENTO**  
IMPUGNAÇÃO - PE 24/2023

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2023**

**PROCESSO ELETRÔNICO nº: 243/2023**

**INSTITUTO ROSA BRANCA**, Organização da Sociedade Civil, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 10.962.062/0001-38, com sede na Praça Floriano Peixoto, nº 259, 2º andar – Itaboraí, Rio de Janeiro – RJ, CEP. 24800-165, vem à presença de Vossa Senhoria, conforme regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, os Decretos Municipais nºs 881/2022; 882/2022; 914/2022; 921/2022; 936/2022 e 937/2022 e demais exigências deste Edital, com supedâneo no art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, da Constituição da República cumulado com o para solicitar e apresentar:

**(TERCEIRA) IMPUGNAÇÃO AO (MESMO) EDITAL**

do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2023, PROCESSO ELETRÔNICO nº: 243/2023, cujo objeto corresponde à *“Contratação de empresa especializada na elaboração e promoção de cursos de Beleza e Estética”*, sob o regime de execução de empreitada por PREÇO UNITÁRIO, conforme itens discriminados e constantes no Anexo III - Termo de Referência e do Edital.”, consoante as razões adiante aduzidas:

## DA IMPUGNAÇÃO

**PASMEM DE NOVO!!! NÃO ACREDITAMOS!! TERCEIRA IMPUGNAÇÃO AO MESMO EDITAL!!**

**NÃO ACREDITAMOS QUE SERÁ REALIZADA, PELA TERCEIRA VEZ, OU SEJA, TERCEIRA TENTATIVA DE BURLAR A LEGISLAÇÃO, NO DIA 18/10/2023, MAIS UMA NOVA LICITAÇÃO PARA OS SERVIÇOS QUE SÃO SERVIÇOS PRESTADOS POR ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, AO QUAL JÁ IMPUGNAMOS, FOI SUSPENSO E AGORA RETORNA COM OS MESMOS VÍCIOS INSANÁVEIS JÁ APONTADOS EM NOSSA PEÇA IMPUGNATÓRIA**, certos de não pode ser objeto de licitação pela Lei Federal nº 14.133/2021, mas objeto de Parceria regida pela Lei federal nº 13.019/2014, inclusive no Município de Maricá, onde diversas OSC firmaram várias Parcerias e algumas em andamento, não sendo objeto de licitação na modalidade Pregão, mas sim de Parceria pela Lei das OSC (13.019/2014), como todas as demais realizadas pelo Município, onde citamos anteriormente a Parceria realizada pelo Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá – ICTIM e o Instituto Brasil Social, cujo objeto é a qualificação de pessoas para o mercado de trabalho, inclusive inserimos os dados da parceria.

**AGORA, NA ESPREITA, NOVAMENTE, PELA TERCEIRA VEZ**, retomam a licitação, após nossas duas impugnações as quais não obtivemos resposta, conforme especifica a lei de regência do edital, nem tampouco ocorreu a devida publicação da resposta no sitio eletrônico oficial da prefeitura. Vejamos

*Art. 164. [...]*

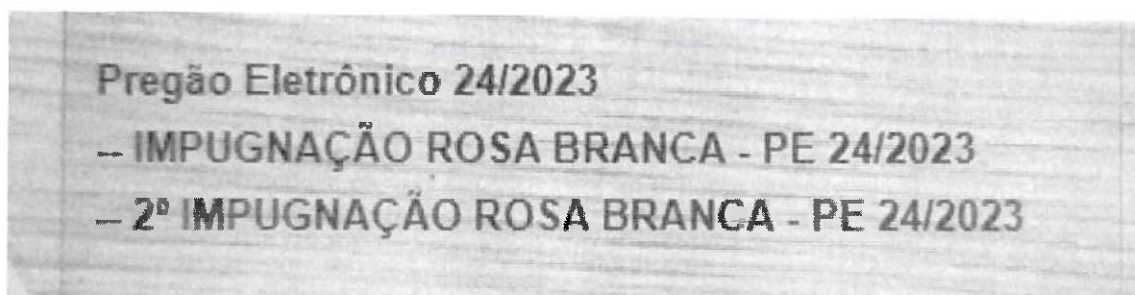
*Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.*

Agora vejamos o site da prefeitura:

-- ATAS E RELATORIOS - PE 23/2023

Pregão Eletrônico 24/2023

-- IMPUGNAÇÃO ROSA BRANCA - PE 24/2023



Verifica-se que não há a devida resposta às nossas Impugnações, mas o edital foi por duas vezes republicado, **MAS SEM CONSTAR NO SITE OFICIAL QUE HÁ REPUBLICAÇÃO.**

Pois bem... Acho que teremos que ser, mais uma vez, direto, inclusive com o Pregoeiro e a Secretaria responsável.

JÁ CONTEXTUALIZAMOS (2x) que há diversas **PARCERIAS** com OSC para esse serviço, onde recebem todos os recursos do Município para que efetue os Cursos, e como contrapartida, qualifica os munícipes. Diferente do que está propondo no Edital, que se trata de uma contratação de serviços, **NÃO** pode constar no edital todo o material a ser remunerado pelo Município, nem objeto de memória de cálculo e dissolvido nos valores dos cursos, como exemplo, a lista de materiais constantes nos anexos II, III, IV e VI, pagamento em etapas, custos subjetivos, sendo que tais materiais a Sociedade Empresária deve obrigatoriamente conter.

JÁ APONTAMOS (2x) que no Termo de Referência, em seu objeto, verifica-se que se trata de licitação "com o objetivo de dar continuidade ao Programa Qualificação

[www.institutorosabranca.org](http://www.institutorosabranca.org)

Av. Joaquim Ferreira de Magalhães, 997 - Centro Senador Pompeu/CE CEP.: 63600-000 - MATRIZ: ITABIRAI - FILIAL: CEARA - PARCEIROS: ITAQUAQUECETUBA - SP/ OURO FINO e MONTE ALEGRE - MG/ URUCUI-PI/ LAGOA VERMELHA - RS

CONTATO: (21) 99794-7540 - Anderson Farias

Profissional da Secretaria de Trabalho", vejamos às fls. 942 do Processo Administrativo nº 0243/2023, que com a terceira republicação ficou fls. 917, rememoramos pela terceira vez:

## 1. DO OBJETO

**1.1. Contratação de empresa especializada na área de cursos de qualificação profissional no segmento de Beleza e Estética, natureza da contratação serviços, na modalidade de Pregão Eletrônico, com julgamento pelo menor preço por item, com o objetivo de dar continuidade ao Programa de Qualificação Profissional da Secretaria de Trabalho.**

VERIFICAMOS (2X), QUE QUANDO DA IMPUGNAÇÃO os cursos realizados pela Secretaria de Trabalho foram realizados por uma Organizações da Sociedade Civil, não podendo agora alterar para contratação de serviços e aplicar os mesmos moldes de uma parceria onde consta no edital: CRONOGRAMA FISICO E FINANCEIRO (fls. 951, do Processo Administrativo nº 0243/2023, agora fls. 936); CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (fls. 952, do Processo Administrativo nº 0243/2023, agora fls. 936), inclusive que a entrega dos serviços em até 20 (vinte) dias após a ordem de serviço (fls. 952, do Processo Administrativo nº 0243/2023, agora fls. 936), que inclusive Cláusula divergente do item 22 (fls. 919 e 942, do Processo Administrativo nº 0243/2023, agora fls. 918), onde a vigência passa a contar da assinatura, mas não há no edital prazo de início de execução ou de ordem dos serviços

DESTACAMOS NAS DUAS IMPUGNAÇÕES que se trata de uma contratação travestida de Parceria, vem descrito no item 12 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO (fls. 945, do Processo Administrativo nº 0243/2023, agora fls. 933 e 934), onde versa como PROJETO. Vejamos:

## 5. DOS BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

**5.1. O benefício principal do projeto** é buscar melhoria na qualidade de vida da população maricaense, garantir o acesso aos bens e serviços públicos, promover as mais variadas formas de geração de postos de trabalho.

## **12. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO**

**12.1. O Projeto é composto de cursos da modalidade –** *Qualificação Profissional- que permitirão aos jovens e aos adultos uma formação profissional reconhecida no mercado de trabalho; oferecendo dessa forma, condições favoráveis para a obtenção do primeiro emprego, recolocação no mercado de trabalho, e dando condições ao formando de investimento no próprio negócio. Cada curso tem uma carga horária específica e serão realizadas de acordo com as salas de aulas disponíveis, podendo ser organizados num período menor, ou maior dependendo do total de dias na semana. A metodologia deverá ser predominantemente prática, ou seja, o aluno aprende fazendo com a orientação de um instrutor. (destacamos)*

**RESSALTAMOS, NAS DUAS IMPUGNAÇÕES**, que a contratação dos serviços objeto do presente pregão, caso fosse adiante, **PODERIA E VAI** prejudicar as demais Parcerias realizadas no Município, que inclusive são realizadas, em sua maioria para promoção de cursos, inclusive há uma em andamento para o mesmo objeto, por meio de Parceria, sendo realizada por uma administração indireta municipal, a qual poderá ser sobreposta por esse Edital maculado.

**ALERTAMOS NAS DUAS IMPUGNAÇÕES**, caso a Secretaria entenda que se trata de uma prestação de serviços, deve apresentar, sendo que não consta no Edital e no Estudo Técnico Preliminar, ao qual tivemos acesso, as seguintes informações:

### **i) INCONFORMIDADE DA FONTE DE PESQUISA.**

[www.institutorosabranca.org](http://www.institutorosabranca.org)

Av. Joaquim Ferreira de Magalhães, 997 - Centro Senador Pompeu/CE CEP.: 63600-000 – MATRIZ:  
ITABIRAI – FILIAL: CEARA - PARCEIROS: ITAQUAQUECETUBA - SP/ OURO FINO e MONTE  
ALEGRE - MG/ URUCUI-PI/ LAGOA VERMELHA – RS  
CONTATO: (21) 99794-7540 – Anderson Farias



Quais as fontes de consulta utilizada para a elaboração de preços, tais como: *portal da transparência dos entes (licitações e despesas), portal bi / atos jurídicos / painel de editais, portal bi / execução orçamentária / municipal / painel de empenho, liquidação e pagamento, portal bi / portal de dados / portal de dados municípios, sítio eletrônico de jornais de grande circulação e regionais, instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), entre outros.*

**ALERTAMOS NAS DUAS IMPUGNAÇÕES** que apenas foi realizada uma pesquisa de preços onde se chegou em alguns fornecedores que não tem sequer documentos para apresentar, ou seja, não consta uma pesquisa de preços válida nos autos.

**APONTAMOS NAS DUAS IMPUGNAÇÕES**, ainda, que o Ilustre Secretário se responsabiliza pela pesquisa de preços (fls. 948, do Processo Administrativo nº 0243/2023, agora fls. 935), item 14. Da Estimativa de Preços, podendo ser responsabilizado administrativamente e criminalmente, indo de encontro à legislação avocando a pesquisa de preços com apenas 3 (três) fornecedores, vejamos:

#### 14. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

14.1. Os preços serão obtidos por meio de pesquisa ampla, conforme especificações técnicas dos cursos e soluções escolhidas. **Diante disso, a Secretaria Requisitante irá realizar diretamente a pesquisa de preço com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal com intuito de agilizar o processo administrativo, responsabilizando-se pelas diligências e resultados obtidos** (Art. 7º, Inciso IV, do Decreto 936/2022).

**FICAMOS SURPRESOS COM** o dispositivo no Edital, que se tratava de um erro primário que não seria possível inferir que um Secretário assumisse um erro grosseiro de forma acintosa, ou seja, admite que a pesquisa de preços foi calcada em empresas, mediante solicitação formal com o intuito de agilizar o processo. **Onde tínhamos deduzido** que esse Secretário não possuísse uma assessoria jurídica, pois assinou a própria sentença de morte! Como dispõe o art. 28, do Decreto – Lei nº 4.657/42 – Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro, o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro. Vejamos:

[www.institutorosabranca.org](http://www.institutorosabranca.org)

Av. Joaquim Ferreira de Magalhães, 997 - Centro Senador Pompeu/CE CEP.: 63600-000 – MATRIZ:  
ITABIRAI – FILIAL: CEARA - PARCEIROS: ITAQUAQUECETUBA - SP/ OURO FINO e MONTE  
ALEGRE - MG/ URUCUI-PI/ LAGOA VERMELHA – RS  
CONTATO: (21) 99794-7540 – Anderson Farias



**Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.**

**ALERTAMOS, NAS DUAS IMPUGNAÇÕES, DO ESPECIFICADO NO ART. 12, DO DECRETO N.º 9.830/ 2019, dispõe que o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções: vejamos:**

**Art. 12. O agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.**

**§ 1º Considera-se erro grosseiro aquele manifesto, evidente e inescusável praticado com culpa grave, caracterizado por ação ou omissão com elevado grau de negligência, imprudência ou imperícia.**

**ADVERTIMOS, NAS DUAS IMPUGNAÇÕES, que quando especifica expressamente que obteve preço por meio de 3 (três) fornecedores, aos quais não tem qualquer documento capaz de demonstrar que são empresas capazes de participar do certame, além de não trazer nos autos qualquer justificativa para a escolha dos fornecedores, age com **ERRO GROSSEIRO**, infringindo os mandamentos do art. 23, §1º, inc. IV, Lei Federal nº 14.133/2021 c/c art. 7, §2º, inc. IV, Decreto nº 9.36/2022. in verbis:**

Lei Federal nº 14.133/2021

**Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.**

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

[...]

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

Decreto nº 9.36/2022

Art. 7º A Coordenadoria de Compras, ao receber o processo, deverá proceder à pesquisa ampla de preço, verificando a conformidade da documentação correspondente à pesquisa realizada.

[...]

§ 2º A pesquisa ampla de preços observará, sempre que possível, aos seguintes parâmetros:

[...]

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

PREVENIMOS, NAS DUAS IMPUGNAÇÕES, do recentemente o Tribunal de Contas da União – TCU decidiu, por meio do TCU – Acórdão n.º 3569/2023 – Segunda Câmara, que:

“para fins do exercício do poder sancionatório do TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - LINDB) a elaboração do orçamento estimado da licitação sem o

*dimensionamento adequado dos quantitativos e com base em pesquisa de mercado exclusivamente junto a potenciais fornecedores, sem considerar contratações similares realizadas pela Administração Pública, propiciando a ocorrência de substancial sobrepreço no orçamento do certame”.*

ASSENTAMOS, NAS DUAS IMPUGNAÇÕES, que a expressão licitante que enviar a proposta, mesmo para cotação, pela legislação considera-se LICITANTE, respondendo, inclusive criminalmente. Vejamos:

Art.6º (...)

*IX - licitante: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta;*

***Frustração do caráter competitivo de licitação***

*Art. 337-F. Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório;*

*Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.*

AO FIM, NAS DUAS IMPUGNAÇÕES, solicitamos que fossem demonstrado que os preços de referência previstos no Pregão foram definidos após ampla pesquisa de mercado, com o uso de técnicas idôneas, bem como demonstre que houve avaliação crítica dos resultados obtidos na pesquisa conforme dispõem artigo 18, I, IV, IX e X, da LF nº14.133/2021, bem como a Súmula nº 02 do TCERJ e o Acórdão 403/2013 – Primeira Câmara (Informativo de Licitações e Contratos nº 139 - TCU); considerando que na Parceria com OSC não haveria necessidade de tal enrijecimento devido à prestação de contas e a glosa, que são institutos de legalidade e controle do dinheiro público, não obedecendo a lei de licitações, na foam especificada no art.

84, da Lei federal nº 13.019/2014:

[www.institutorosabranca.org](http://www.institutorosabranca.org)

Av. Joaquim Ferreira de Magalhães, 997 - Centro Senador Pompeu/CE CEP.: 63600-000 – MATRIZ:  
ITABIRAI – FILIAL: CEARA - PARCEIROS: ITAQUAQUECETUBA - SP/ OURO FINO e MONTE  
ALEGRE - MG/ URUCUI-PI/ LAGOA VERMELHA – RS  
CONTATO: (21) 99794-7540 – Anderson Farias

**Art. 84. Não se aplica às parcerias regidas por esta Lei o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)**

CONSIGNAMOS, NAS DUAS IMPUGNAÇÕES, que não se aplica a Lei de Licitações, por força do art. 189, da Lei federal nº 14.133/2021. Vejamos:

**Art. 189. Aplica-se esta Lei às hipóteses previstas na legislação que façam referência expressa à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e aos arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.**

ADMOESTAMOS, NAS DUAS IMPUGNAÇÕES, DA NECESSIDADE de o Ilmo. Secretário abrir um processo administrativo sancionador para punir o Servidor que disponibilizou esse item 14 e 14.1, ao qual com uma simples Representação ao TCE-RJ ou ao Ministério Público o Secretário poderá estar responder uma Inquérito Civil por Improbidade Administrativa e, quiçá, criminalmente, na forma do art. 337-F, da Lei Federal nº 14.133/2021. Vejamos:

#### ***Frustração do caráter competitivo de licitação***

**Art. 337-F. Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:**

***Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.***

ORIENTAMOS, NAS DUAS IMPUGNAÇÕES, que tal disposição expressa no edital poderia ser entendida como um suposto direcionamento do edital a uma determinada empresa, passível de responsabilidade criminal, ambos, a empresa vencedora e o Ilmo. Secretário, caso esse Edital persista ou seja reeditado na forma de contratação de serviços, ao qual deve ser **ANULADO** e refeito na forma legal, sem maculas e por meio da Parceria com Organização da Sociedade Civil.

DEPOIS DEMONSTRAMOS, NAS DUAS IMPUGNAÇÕES, DE FORMA FARTA A I) IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO SERVIÇO COMUM; e II) VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE E À AMPLA PARTICIPAÇÃO DO CERTAME; encerrando nossa peça impugnatória com o pedido de cancelamento/anulação do considerando que se continuar a licitação poderá prejudicar **TODAS** as OSC's que tem Parceria com o Município, e que caso fosse adiante, iríamos recorrer a todas as linhas de defesas para cessar tal irregularidade, já que a primeira linha de defesa, a Secretaria Responsável, retoma com a republicação do edital sem qualquer alteração significativa, ou seja, não julgou nossa impugnação, suspendeu temporariamente e republicou. Será que a Controladoria Municipal e a Procuradoria Municipal não analisaram o processo, considerando que são linhas de defesa? Vejamos:

#### DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

**Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:**

*I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;*

*II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;*

*III - terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.*

EM TOTAL AFRONTA AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E AO , ACORDÃO 1.280/08 – PLENÁRIO, a Secretaria licitante não nos enviou cópia do Processo Administrativo nº 0243/2023, onde iríamos verificar se as inconformidades apontadas em nossa peça impugnatória não foram analisadas por órgãos de assessoramento municipal?

Como não adquirimos informações, fomos obrigados a procurar a empresa a qual o edital está direcionado para uma empresa da Região de Maricá, a empresa TRANSFORMARE CURSO PROFISSIONALIZANTES LTDA-ME, com nome empresarial de "JPCMAR FORMAÇÃO PROFISSIONAL, PROJETOS E EVENTOS LTDA", com endereço na Rua Ribeiro de Almeida, nº 220, centro de Maricá.

**CONTRATO N.º 40/2020**

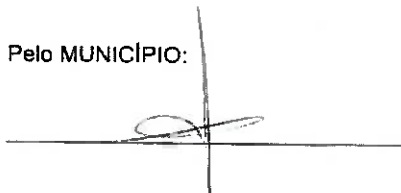
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
COM EMPRESA ESPECIALIZADA NA  
ELABORAÇÃO E PROMOÇÃO DE CURSOS  
DE BELEZA E ESTÉTICA PARA ATENDER AS  
NECESSIDADES DA SECRETARIA DE  
TRABALHO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE MARICÁ E TRANSFORMARE  
CURSO PROFISSIONALIZANTE LTDA ME.**

O MUNICÍPIO DE MARICÁ, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro, Maricá/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 29.131.075/0001-93, representado neste ato pelo Secretário de Trabalho, Senhor FRANK FRANCISCO FONSECA DA COSTA, portador da Cédula de Identidade n.º 114.8215561, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 089.460.667-09 e a pessoa jurídica TRANSFORMARE CURSO PROFISSIONALIZANTE LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 19.888.855/0001-29, situada na Rua Ribeiro de Almeida, nº 49, sala 101, 102, 103, 104 e 105, Centro, Maricá/RJ, CEP: 24.900-885, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada por LUIZ CLAUDIO COSTA, portador da CNH n.º 00237684799/DETRAN-RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 037.053.557-08, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO E PROMOÇÃO DE CURSOS DE BELEZA E ESTÉTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE TRABALHO, conforme processo administrativo n.º 27866/2018, e especialmente o disposto no Pregão Presencial nº 59/2019, aplicando-se ao contrato as normas gerais da Lei federal 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto Municipal nº 158/2018, suas alterações, bem como as cláusulas e condições seguintes:

**ÍNDICE**

MARICÁ, 02 de março de 2020.

Pelo MUNICÍPIO:




Pela CONTRATADA:



8



 <p align="center"><b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b></p> <p align="center"><b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b></p>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 19.888.855/0001-29 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/03/2014
NOME EMPRESARIAL JPCMAR FORMACAO PROFISSIONAL, PROJETOS E EVENTOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INSTITUTO EMBELLEZE		PORTO ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda 62.01-5-02 - Web design 73.11-4-00 - Agências de publicidade 73.19-0-01 - Criação de estandes para feiras e exposições 73.19-0-03 - Marketing direto 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 96.02-5-01 - Cabeleireiros, manicure e pedicure 96.02-5-02 - Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
COORDENADOR R RIBEIRO DE ALMEIDA	NÚMERO 220	COMPLEMENTO SALA 101 102 103 104 105 QUADRA AREA LOTE 0A	
CEP 24.900-885	BAIRRO DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MARICÁ	UF RJ
E-MAIL ELETRÔNICO RJ.MARICA@INSTITUTOEMBELLEZE.COM		TELEFONE (21) 3731-3001/ (21) 3731-3001	

Assim, com esta descoberta, rememoramos à administração pública municipal o suposto direcionamento para empresas localizadas no centro de Maricá, fls. 942/943, do Processo Administrativo nº 0243/2023, agora fls. 933), apontado em nossa peça impugnatória.

**3.2. A necessidade de capacitar a população surge diante dos investimentos do poder público e do crescimento populacional do município. Os cursos devem ser realizados no município de Maricá no espaço alugado pela contratada no local de grande circulação urbana e de fácil acesso;**



Inclusive, **EM NOSSA SEGUNDA IMPUGNAÇÃO**, questionamos esse ponto, onde vamos, mais uma vez, rememorar:

*"Como posso precificar a locação, em um lugar que de grande circulação urbana e de fácil acesso que não seja o centro da cidade, já que o edital não especifica o lugar. Coisas que não soa passíveis de serem especificadas no edital e com padrões utilizados no mercado. Qual o tamanho das salas? As especificações? Etc. que não são definidas de forma clara e objetiva no edital e que não suscitam dúvidas aos licitantes no momento da elaboração das propostas"*

**Mas, como consignado em nossa segunda impugnação, não sabíamos é que a empresa, localizada no centro da cidade, a qual foi direcionada a licitação, já tinha contratos com a Secretaria de Trabalho.**

Inclusive, a futura contratada, a qual a licitação supostamente esta direcionada, já se antecipou em participar da feira das profissões que acontecerá após o feriado, a ser realizada pela Secretaria de Trabalho, onde pretende expor seus produtos já com o status de adjudicação e homologação, a qual feira deveria estar uma Organização da sociedade Civil, a capacitada, juridicamente perante a legislação, para disputar, por meio de Chamamento Público, Parceria para o fornecimento dos serviços. Vejamos:

**DEMOS**

**VEN AÍ A PRIMEIRA  
FEIRA DE PROFISSÕES  
DE MARICÁ**

**FEIRA DAS  
PROFISSÕES  
+++ MARICÁ**



**17 a 19 de NOVEMBRO**  
**ESPORTE CLUBE MARICÁ**

**CONFIRA A  
PROGRAMAÇÃO  
NO QR CODE**



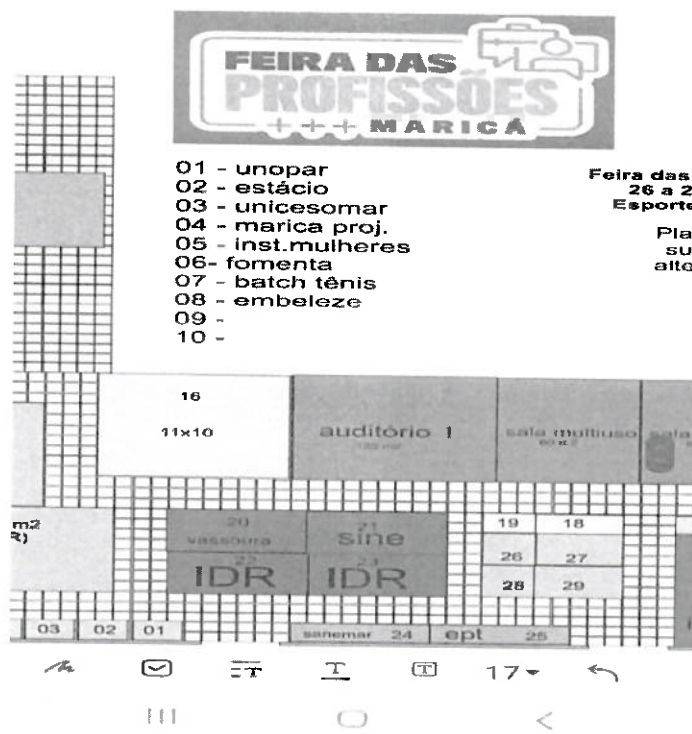
**MAXIMO DESEMPENHO** **CODEMAR** **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA** **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO** **SECRETARIA DE PROJETOS E OBRAS** **MARICÁ**

Compartilhe:     

A Prefeitura de Maricá, por meio da Secretaria de Trabalho, promove entre os dias 17 e 19 a Feira das Profissões, pensada para ser um grande vitrine das oportunidades profissionais que oferecem para a cidade nos próximos anos. O evento, de manhã e à noite, será realizado no Esporte Clube Maricá no Centro (conhecido por ser a mesma estrutura montada para a Expo Maricá) e terá estandes de empresas públicas e privadas, e em instituições de ensino técnico e universitário. No final de cada dia, também será oferecido um quiz sobre o futuro da cidade e sobre os autômatos da cidade.

[www.institutorosabranca.org](http://www.institutorosabranca.org)

Av. Joaquim Ferreira de Magalhães, 997 - Centro Senador Pompeu/CE CEP.: 63600-000 – MATRIZ:  
ITABIRAI – FILIAL: CEARA - PARCEIROS: ITAQUAQUECETUBA - SP/ OURO FINO e MONTE  
ALEGRE - MG/ URUCUI-PI/ LAGOA VERMELHA – RS  
CONTATO: (21) 99794-7540 – Anderson Farias



Enfim, terminamos nossa segunda peça impugnatória, expondo que poderíamos estende-la citando a vedação prevista no art. 9º, I, alínea "b", da Lei nº 14.133; do Princípio da Impessoalidade, que visa impedir que interesses pessoais sejam sobrepostos ao interesse público, em prejuízo à competitividade; fraude em licitações dos arts. 337.L e 3337 F, da Lei de Licitações, que preveem pena de 08 anos e multa; jurisprudência dos tribunais, falta de transparência, etc. Mas, **PENSAMOS QUE NÃO HAVERIA HÁ NECESSIDADE DE DENÚNCIA** ao TCE, Ministério Público, etc., **POIS TÍNHAMOS ROGADO** apenas para que o Edital seja **CANCELADO POR DEFINITIVO**, sem mais publicações subjetivas e que seja aberto um Chamamento Público para formalizar parceria com Organização da Sociedade Civil, nos moldes da Lei nº 13.019/2014.

Por fim, **NA SEGUNDA IMPUGNAÇÃO**, apensamos o Contrato com a empresa a ser supostamente beneficiada com esta Municipalidade, demonstrando que se trata do mesmo Termo de Referência, alertando para o atual Ordenador de Despesas não cometer esse erro de contratar os serviços por meio de Licitação na Modalidade Pregão.

E, também, **NA SEGUNDA IMPUGNAÇÃO** requeremos:

- a) Que caso não seja **ANULADO** o Processo Licitatório, que apresente, **DESTA VEZ**, as razões devidamente justificadas em 03 (três) dias, divulgada no sítio eletrônico da prefeitura, na forma do art. 164, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) Ainda, requer, **NOVAMENTE**, que seja franqueado acesso a cópias integrais dos autos ou que seja enviado digitalizado para esta Instituição pelo e-mail [institutorosabranca28@gmail.com](mailto:institutorosabranca28@gmail.com), dos autos de capa a capa, com fundamento no art. 5º, XIV, da CFRB, bem como na Lei nº 12.527/2011.art.11, §1 e 5º.

Por fim, **NA SEGUNDA IMPUGNAÇÃO, ALERTAMOS**, que apesar de todos os pontos acima destacados, estamos, **MAIS UMA VEZ**, certos da lisura e bom senso dessa Ilmo. Comissão de Licitação, bem como do Ilmo. Secretário que irá reavaliar de maneira criteriosa o processo licitatório, fundamentando na forma da lei as deliberações para a devida **ANULAÇÃO** desse Edital vicioso. Entretanto, na inobservância a lei, **NÃO TERÍAMOS OUTRA ALTERNATIVA**, a não ser remeter cópia desta peça impugnatória às autoridades competentes, tais como: Ministério Público de Contas, Tribunal de Conta de Estado do Rio de Janeiro, Ministério Público, além das medidas judiciais cabíveis para a plena proteção do direito.

#### **DA TERCEIRA IMPUGNAÇÃO AO MESMO EDITAL**

Sem delongas iniciais, desde que identificamos o direcionamento da licitação a Secretaria agiu com dolo quando deixou de publicar no Portal da Transferência e no site oficial do Município o Edital do Pregão Eletrônico nº 24/2023, oriundo do Processo Administrativo. Vejamos:

#### **PRIMEIRA PUBLICAÇÃO (Sessão dia 10/09/2023)**

### 3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

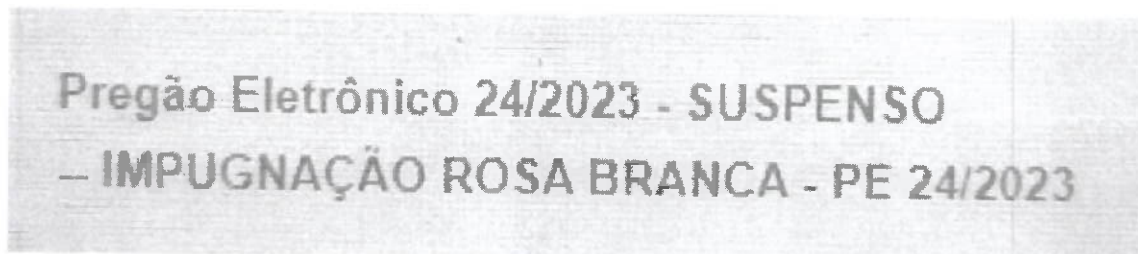
3.1 – No dia 12 de setembro de 2023, às 10 h, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO PE – SMT Nº 24/2023, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas).

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

### 4. OBJETO

4.1 – O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na área de cursos de qualificação profissional no segmento de Beleza e Estética, natureza da contratação serviços, na modalidade de Pregão Eletrônico, com julgamento pelo menor preço por item, com o objetivo de dar continuidade ao Programa de Qualificação Profissional da Secretaria de Trabalho.

Impugnamos e foi publicada no site da prefeitura sua **SUSPENSÃO**



## SEGUNDA PUBLICAÇÃO (Sessão dia 10/10/2023)

### 3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1 – No dia 10 de outubro de 2023, às 10 h, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO PE – SMT Nº 24/2023, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas).

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

### 4. OBJETO

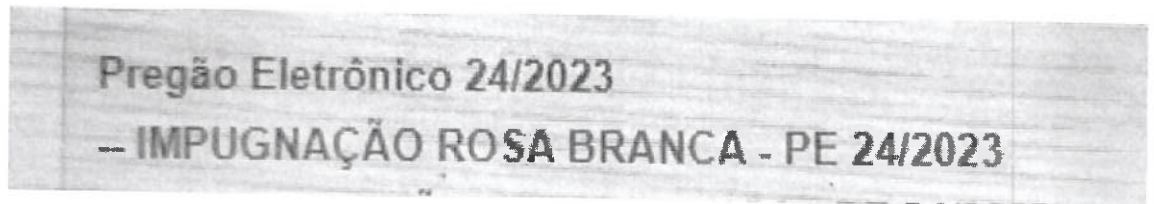
4.1 – O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na área de cursos de qualificação profissional no segmento de Beleza e Estética, natureza da contratação serviços, na modalidade de Pregão Eletrônico, com julgamento pelo menor preço por item, com o objetivo de dar continuidade ao Programa de Qualificação Profissional da Secretaria de Trabalho.

[www.institutorosabranca.org](http://www.institutorosabranca.org)

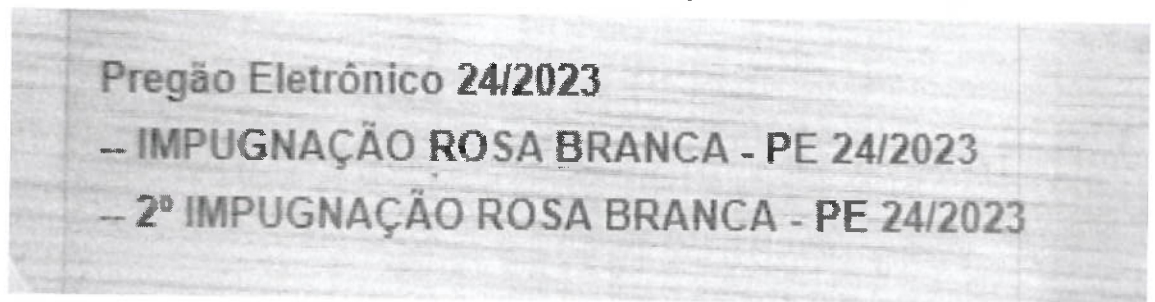
Av. Joaquim Ferreira de Magalhães, 997 - Centro Senador Pompeu/CE CEP.: 63600-000 – MATRIZ:  
ITABIRAI – FILIAL: CEARA - PARCEIROS: ITAQUAQUECETUBA - SP/ OURO FINO e MONTE  
ALEGRE - MG/ URUCUI-PI/ LAGOA VERMELHA – RS  
CONTATO: (21) 99794-7540 – Anderson Farias



Impugnamos, não foi publicado, não responderam nossa impugnação na forma do parágrafo único do art. 164, da Lei nº 14.133/2023. E ainda desapareceu o termo SUSPENSO



Depois de uma semana exibiram a seguinte publicação no site da Prefeitura, mas sem resposta das duas impugnações e com a publicação do mesmo edital.



### **SEGUNDA PUBLICAÇÃO (Sessão dia 18/10/2023)**

Agora, de forma mais trabalhada e totalmente escusa, publicam pela terceira vez o mesmo edital.

#### **3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO**

3.1 – No dia 18 de outubro de 2023, às 10 h, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO PE – SMT Nº 24/2023, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas).

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

#### **4. OBJETO**

4.1 – O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na área de cursos de qualificação profissional no segmento de Beleza e Estética, natureza da contratação serviços, na modalidade de Pregão Eletrônico, com julgamento pelo menor preço por item, com o objetivo de dar continuidade ao Programa de Qualificação Profissional da Secretaria de Trabalho.

Além dos precedentes já citados nas impugnações anteriores, nessa nova manobra, com o fito de dificultar a participação de demais empresas e, principalmente, de encobrir o direcionamento, o referido edital foi publicado somente no Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET), ao qual muitos fornecedores não tem

[www.institutorosabranca.org](http://www.institutorosabranca.org)

Av. Joaquim Ferreira de Magalhães, 997 - Centro Senador Pompeu/CE CEP.: 63600-000 – MATRIZ:  
ITABIRAI – FILIAL: CEARA - PARCEIROS: ITAQUAQUECETUBA - SP/ OURO FINO e MONTE  
ALEGRE - MG/ URUCUI-PI/ LAGOA VERMELHA – RS  
CONTATO: (21) 99794-7540 – Anderson Farias

acesso direto, primeiro tendo conhecimento da publicação local para depois acessar o sistema a fim de adquirir o edital e seus anexos.

Com essa manobra, o fornecedor que acessa o COMPRASNET deve ser cadastrado através do SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores). Só conseguimos ter acesso ao referido edital entrando no Portal COMPRASNET, com a empresa cadastrada e através de certificado digital.

Para perceber a tamanha dificuldade imposta pela Secretaria para inibir o acesso ao edital e seus anexos, ferindo diretamente o princípio da publicidade nos levando a supor que tal manobra venha a ser para beneficiar a empresa que anteriormente apontamos como beneficiada da licitação.

Cercear o direito de outros fornecedores terem acesso ao certame, nem publicar o "Aviso de Licitação" no portal da transparência e no site oficial da Prefeitura, para que ninguém tomasse conhecimento da licitação foi além do esperado, nem mesmo fornecerem os dados necessários para acessar o COMPRASNET e baixar o edital, sem essa prévia publicação do aviso, fica quase que impossível identificar a Licitação no Portal de Compras do Governo Federal.

Sob esse enfoca com essa restrição indevida, com preferências e direcionamento à determinada empresa, ainda que de boa-fé, numa licitação de **R\$ 3.979.868,80 (três milhões novecentos e setenta e nove mil, oitocentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos)**, é um ato de loucura, ao qual demonstra nitidamente um interesse latente em beneficiar determinada empresa ou se beneficiar de seus préstimos.

Alertamos, ao Pregoeiro e toda a equipe sua responsabilidade no prosseguimento da licitação, assunto tratado variadas oportunidades pelos Tribunais, que em sua função maior de fiscalizador da atividade administrativa, já decidiu reiteradas vezes a respeito do assunto. Nesse sentido, vale trazer à baila um de seus julgados sobre a matéria, in verbis:

*"(...) 9. Postos esses fatos, em **especial os que demonstram possibilidade de direcionamento** da concorrência em tela, é de reconhecer o fumus boni iuris nas ponderações apresentadas*



pela Unidade Técnica. **De notar que o prosseguimento do certame poderá causar prejuízos ao Erário**, haja visto que, em princípio, o edital não observa os princípios da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e da isonomia entre os licitantes, **uma vez que há indícios de favorecimento à empresa Polítec Ltda. Ressalta-se, adicionalmente, o elevado valor envolvido** – cerca de R\$ 8.670.000,00 (oito milhões, seiscentos e setenta mil reais).” ( Decisão 819/2000 – Plenário)

“Assim, em suma, observamos que não foram suficientemente ilididos os questionamentos em tela, podendo-se concluir pela responsabilidade da presidente (como de todos os membros) da CLP, por agir de forma ao menos omissiva, permitindo que houvesse o direcionamento, os sobrepreços e o favorecimento questionados. Por isso, sujeita-se a responsável à multa prevista no art. 43, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, na proporção, opinamos, de 15% ( R-TCU, art. 220, inc. III).”(ACÓRDÃO Nº 105/2000 – TCU – Plenário AC-0105-20/00-P)

“O Tribunal de Contas da União, no exercício da competência que a Constituição e a lei lhe deferem, de julgar a regularidade das contas públicas, preocupa-se com a fiscalização de todos os atos administrativos concernentes aos procedimentos licitatórios. É por demais importante e necessária, destarte, esta preocupação do Tribunal de Contas da União com o exercício do controle das licitações, não só a priori, instruindo e orientando os ordenadores de despesa para que façam suas licitações com seriedade e lisura, mas igualmente procurando determinar as correções necessárias nos procedimentos licitatórios já concluídos e impondo sanções aos responsáveis em falta, para que, futuramente, se evite, em tempo hábil, **o desvio de recursos e o favorecimento de pessoas em detrimento dos interesses da administração**”(Revista do Tribunal de Contas da União, vol. 23, nº 53, jul/set de 1992, pág. 29).”

Indo mais além o TCU em outras tantas oportunidades já **DEIXOU ASSENTE A RESPONSABILIDADE DOS CONDUTORES DO CERTAME**, quando da identificação de excessos, desvios ou mesmo restrições indevidas, esclarecendo que:

***A conduta deliberada do pregoeiro no intuito de favorecer determinado licitante atenta contra os princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa, caracterizando a prática de ato com grave infração à norma legal e ensejando a sanção pecuniária. Acórdão 1048/2008 Primeira Câmara***

***Os membros das Comissões de Licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão. Acórdão 739/2007 Primeira Câmara (Sumário)***

Sobre o tema ainda, Marçal Justen filho esclarece:

***"Há dever de ofício de manifestar-se pela nulidade, quando os atos contenham defeitos, assumindo, os agentes, responsabilidade pessoal solidária pelo que foi praticado, no caso do exame e aprovação de atos licitatórios." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005. p. 379)***

Dessa forma, quando o Pregoeiro e sua equipe de apoio respaldam que os agentes administrativos que pratiquem atos em desacordo com os preceitos da lei de licitações, além das sanções próprias administrativas previstas, "sujeitam-se à responsabilidade civil e criminal".

Lembrado que mais uma vez que esconderam a publicação, retiraram a suspensão sem resposta, não publicou no site oficial da prefeitura e outras formas de

esconder a licitação, que já ficou desgastante e não há mais volta para quem realizou o ato.

Há um limite aceitável, apesar de todas as anomalias e incongruências que já apresentamos para a anulação do edital, que violam flagrantemente o entendimento pacificado no âmbito dos Tribunais de Contas pátrios – **COMPROMETENDO DE MORTE A LEGALIDADE E COMPETITIVIDADE DO PROCESSO.**

A medida que se mostra necessário, vamos combatendo essa ilegalidade e subindo as instancias e juntando as provas para a abertura de processo junto à Terceira Linha de Defesa (Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro), visando a punição da empresa, bem como de **TODOS** os envolvidos.

Nesse sentido, como mencionado na decisão do Tribunal de Contas da União (Ac. 572), em que se decidiu que **deve o interessado acionar inicialmente a primeira e a segunda linhas de defesa, no âmbito do próprio órgão/entidade, antes do ingresso junto à terceira linha de defesa,** constituída pelos tribunais de contas.

Caso não se resolva na segunda linha de defesa, pois a primeira linha, o primeiro filtro, que são os integrantes que atuam nos processos de contratação, já estão contaminados pela ilegalidade, só nos restará a terceira linha de defesa. Lembrando que ousamos a discordar da Corte de Contas, considerando que essas “linhas de defesa” não necessariamente se subordinam, porque, em verdade, atuam em regime de cooperação. Logo, uma complementa a outra. A “primeira linha”, por exemplo, não prevalece sobre a “segunda”, e assim por diante. Assim, não estamos diante de uma sucessão de fases ou de estágios, mas quando a ilegalidade parte da primeira linha de defesa há um cadencia que respeitamos em consideração ao Chefe do Poder Executivo Municipal, ao qual, temos toda consideração possível.

Dessa forma, agora vamos consultar a segunda linha de defesa, o segundo filtro, que são as assessorias jurídica e controle interno, que são responsáveis com seus pareceres de legalidade e conformidade ao processo, inclusive, por se tratar de um processo sob a égide da nova lei, para que apreciem **DE NOVO** todos os elementos indispensáveis à contratação, como mapa de risco, estudo técnico preliminar e termo de referência, **bem como que seja emanado pareceres sobre o posicionamento e**

**comportamento da Comissão de Licitação acerca da transparência do edital e seus anexos.**

Na hipótese de se constatar vício jurídico *ad substantiam*, ou seja, nulidades e irregularidade que configure dano à Administração Pública, deverão ser adotadas as providências necessárias para apuração das infrações administrativas na forma do art. 169, § 3º, inciso III. Vejamos:

**Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:**

[...]

**II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;**

[...]

**§ 3º Os integrantes das linhas de defesa a que se referem os incisos I, II e III do caput deste artigo observarão o seguinte:**

**I - [...]**

**II - quando constatarem irregularidade que configure dano à Administração, sem prejuízo das medidas previstas no inciso I deste § 3º, adotarão as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, observadas a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas, bem como remeterão ao Ministério Público competente cópias dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência.**

Veja que há uma conduta cogente e vinculada, porque a autotutela, nessa hipótese, não admite um juízo de oportunidade e conveniência, devendo ao constatar a irregularidade remeter ao Ministério Público competente cópias dos documentos cabíveis para apuração dos demais ilícitos de sua competência, restando evidenciada a ilegalidade que se mostra robusta nos autos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2023, PROCESSO ELETRÔNICO nº: 243/2023, ao qual iremos fiscalizar de todas as formas.

### O PEDIDO (TERCEIRO PEDIDO PARA O MESMO EDITAL)

- a) Que caso não seja **ANULADO** o Processo Licitatório, que apresente, **DESTA VEZ**, as razões devidamente justificadas em 03 (três) dias, divulgada no sítio eletrônico da prefeitura, na forma do art. 164, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) Ainda, requer, **NOVAMENTE**, que seja franqueado acesso a cópias integrais dos autos ou que seja enviado digitalizado para esta Instituição pelo e-mail [institutorosabranca28@gmail.com](mailto:institutorosabranca28@gmail.com), dos autos de capa a capa, com fundamento no art. 5º, XIV, da CFRB, bem como na Lei nº 12.527/2011.art.11, §1 e 5º;
- c) Que a Procuradoria Municipal e a Controladoria, segunda linha de defesa, emita o devido parecer de legalidade e conformidade quanto aos fatos narrados nas 3 (três) impugnações (anexas).

Entretanto, na inobservância à legislação, **NÃO TERÍAMOS OUTRA ALTERNATIVA**, a não ser remeter cópia desta peça impugnatória às autoridades competentes, tais como: Ministério Público de Contas, Tribunal de Conta de Estado do Rio de Janeiro, Ministério Público, além das medidas judiciais cabíveis para a plena proteção do direito.

Nestes Termos,

Pede deferimento,

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2023.



Documento assinado digitalmente  
**ANDERSON FARIAS PINTO**  
Data: 16/10/2023 11:44:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ANDERSON FARIAS PINTO**  
**PRESIDENTE DO INSTITUTO ROSA BRANCA**



Instituto Rosa Branca  
Associação de Assistência Social

Nº PROTOCOLO  
Lº 42 13278  
Data 14/09/2023



PREFEITURA DE MARICÁ  
Data: 21/09/23  
Início: 16/10/23  
Fis: 28

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
INSTITUTO ROSA BRANCA  
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Ficam convocados todos os associados do Instituto Rosa Branca a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada as dezoito horas do dia 11 de setembro de 2023, na sede do Instituto na Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 259, 2º andar, centro – Itaboraí – RJ, CEP: 24800-165, para deliberação da seguinte ordem do dia.

1 – Assembleia Geral Extraordinária conforme requer o artigo 16, inciso, I, VI, VIII, artigo 18, inciso I, inclusão dos incisos IV,V, e suas alíneas do artigo 24, alteração do artigo 24 CAPUT, alteração do paragrafo segundo e inclusão das alíneas ao incisos ao inciso IV "a,b" c" d e inclusão das alíneas "a" b" c" d" e ao inciso V, criação da Filial ao artigo 2º do estatuto no Município de Monsenhor Tabosa na Rua Anastácio Casimiro, 41, Apartamento 201, 2º andar – centro – Monsenhor Tabosa – CE – CEP: 63780-000.

Itaboraí, 29 de agosto de 2023

ANDERSON FARIAS PINHO  
DIRETOR PRESIDENTE

(21) 3728-4264 Inscrição Municipal: 1031701

www.institutorosabranca.org | institutorosabranca28@gmail.com

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ



PROTÓCOLO  
Nº 13.278  
Lº 49  
Data 14/09/2023



**Ata da Assembleia Geral Extraordinária  
Do Instituto ROSA BRANCA  
CNPJ: 10.962.062/0001-38**

DEFEITURA DE MARICÁ  
nº 20001/23  
de Inicio 16/10/23  
a 27

No dia 11 de setembro de 2023, em sua sede Social, citada na Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 259 – 2º andar – Centro – Itaboraí – RJ – CEP: 24800-165, reúnem-se as dezenove horas, por convocação do Diretor Presidente por meio de fixação de edital conforme prevê o artigo 21, do estatuto com o edital fixado no quadro de aviso do Instituto datada no dia 29 agosto de 2023. Os integrantes do Instituto Rosa Branca – Rosa Branca, a seguir presentes: **Anderson Farias Pinto, Francine Távora Lopes Pereira, Roberta Vieira Moura, Renato Farias Pinto, Margarida Renttzy, Tatiane de Menezes Chagas, Maria das Graças Farias Marinho, Jurema dos Santos Farias Duarte, Ademir dos Santos Pereira Junior, Denílson Veríssimo Monteiro**; O senhor Presidente Anderson Farias Pinto, informa que o quorum exigido pelo estatuto foi obedecido e pede para compor a mesa para secretariar a sessão o Srº **Denílson Veríssimo Monteiro**, e explica que será preciso aprovar o Contrato de Gestão da Hospital e Maternidade Francisquinha Farias Leitão, junto ao Município de Monsenhor Tabosa – CE, após a ciência aos presentes sobre a matéria constante da ordem do dia desta reunião, a saber:

1 – Assembleia Geral Extraordinária conforme requer o artigo 16, inciso, I, VI, VIII, artigo 18, inciso I, inclusão dos incisos IV,V, e suas alíneas do artigo 24, alteração do artigo 24 CAPUT, alteração do paragrafo segundo e inclusão das alíneas ao incisos ao inciso IV "a,b" c" d e inclusão das alíneas "a" b" c" d" e ao inciso V, criação da Filial ao artigo 2º do estatuto no Município de Monsenhor Tabosa na Rua Anastácio Casimiro, 41, Apartamento 201, 2º andar – centro – Monsenhor Tabosa – CE – CEP: 63780-000.

Seguindo a matéria do dia, o Presidente pede a todos os presentes que aprove as alterações mencionadas, conforme prevê o artigo 16, inciso VI, segue a alteração do artigo 24 CAPUT e inclusão dos incisos IV, V ao artigo 24 inciso I e alteração do paragrafo segundo e inclusão dos incisos IV, V e inclusão das alíneas "a", "b" "c" d" ao inciso IV, e inclusão alínea "a, "b, "c ,"d" e do inciso V do Parágrafo Segundo, e criação da filial criação da Filial ao artigo 2º do estatuto no Município de Monsenhor Tabosa na Rua

*[Handwritten signature]*

*Margarida*

*Roberta*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*





Anastácio Casimiro, 41, Apartamento 201, 2º andar – centro – Monsenhor Tabosa – CE – CEP: 63780-000. O Presidente faz uma breve leitura da ata, com sua reformulação, e após lida sendo aprovada por todos os presentes, nada, mas havendo a tratar o Srº Presidente suspende a sessão as dezenove horas para que seja lavrada a ATA.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ROSA BRANCA

MEMBROS	PROFISSÃO	CARGOS
Tatiane de Menezes Chagas	Pedagoga	PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Roberta Vieira Moura	Técnica em Radiologia	MEMBRO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO
Francine Távora Lopes	Técnica em Administração	MEMBRO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO
Ademir dos Santos Pereira Junior	Administrador de Empresa	MEMBRO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

## CONSELHO DE NOTÓRIA CAPACIDADE PROFISSIONAL ELEITOS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ROSA BRANCA

MEMBROS	PROFISSÃO	CARGOS
Genilson do Nascimento Boechat	MÉDICO	CONSELHEIRO

Handwritten signature: Margarida Roberta

Handwritten signatures and initials on the right side of the page.



PROTOCOLO  
Nº 13274  
Lº 4A  
Data 14/09/2023

PREFEITURA DE MARICÁ

DIRETORIA DO INSTITUTO ROSA BRANCA

21/09/23  
Início: 16/10/23  
Fis: 31

MEMBROS	PROFISSÃO	CARGOS
Anderson Farias Pinto	BACHAREL EM DIREITO	DIRETOR PRESIDENTE
Renato Farias Pinto	GESTÃO FINANCEIRA	DIRETOR FINANCEIRO
Denílson Verissimo Monteiro	GESTÃO FINANCEIRA	DIRETOR ADMINISTRATIVO

CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO ROSA BRANCA

MEMBROS	PROFISSÃO	CARGOS
Margarida Henttzy	Pedagoga	MEMBRO CONSELHO FISCAL
Maria das Graças Farias Marinho	Técnica em Administração	MEMBRO CONSELHO FISCAL
Jurema dos Santos Farias Duarte	Pedagoga	MEMBRO CONSELHO FISCAL

Itaboraí, 12 de setembro de 2023

*Tatiane*

Tatiane de Menezes Chagas  
Presidente do Conselho

*Denilson*

Denílson Verissimo Monteiro  
Diretor Administrativo

g vb

Documento assinado digitalmente  
ANDERSON FARIAS PINTO  
Data: 14/09/2023 14:40:49-0300  
Verifique em: <https://validar.jus.br>

Anderson Farias Pinto  
Diretor Presidente

OFÍCIO DE JUSTIÇA  
**ITABORAÍ**  
Tabelião e Oficial de Registro: Marcelo Poppe do Figueiredo Fabião 088971AA51076  
Praça Marechal Floriano Paixão, 41 - Centro - Itaboraí - RJ  
Telefone: (21) 2639-1298/2639-1284  
Certifico que o presente documento foi protocolado sob o nº 13278, no livro 4A, em 14/09/2023 e registrado sob o nº 4359 às folhas 225 do livro A133 em 09/10/23.  
Selo Eletrônico de Fiscalização:  
**EEFI 23760 WMH**  
<https://www4.trj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consulta>  
Consulte a validade do Selo em:  
Custas: Emol+ FETJ + FUNDPERJ + FUMPERJ +  
FUNARPEN + PMCHV + SELO FISCALIZAÇÃO. Total: R\$540,00.



(21) 3728-4264 - Prefeitura Municipal 30370

[www.institutorosabranca.org](http://www.institutorosabranca.org) - [institutorosabranca@ig.com.br](mailto:institutorosabranca@ig.com.br)

Praça Marechal Floriano Paixão, 259/2º andar - Centro - Itaboraí - RJ



PROTÓCOLO  
Nº 13278  
Lº 4A  
Data 14/09/2023

**LISTA DE PRESENÇA DA DIRETORIA, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,  
E DO CONSELHO FISCAL E DIRETORIA REGIONAL DA ASSEMBLEIA GERAL  
EXTRAORDINÁRIA**

**DO INSTITUTO ROSA BRANCA**

**CNPJ: 10.962.062/0001-38**

PREFEITURA DE MARICÁ  
Data: 21/01/23  
Início: 16/10/23  
Fim: 32

Lista de presente da DIRETORIA, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, E DO CONSELHO FISCAL, reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Instituto Rosa Branca – Rosa Branca, datada no dia 31 de maio de 2023, às dezesseis horas, em sua sede Social, citada na Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 259 – 2º andar – Centro – Itaboraí – RJ, CEP: 24800-165, por convocação do senhor PRESIDENTE, segue os presentes.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Tatiane de Menezes Chagas, casada, brasileira, Pedagoga, data de nascimento 10/06/1981, portadora do RG sob nº 20037916-2, IFP, data de expedição 11/06/2007, inscrita no CPF sob nº 09686629785, Filiação; Paulo Cesar Chagas, Genair de Menezes Chagas, residente na Estrada dos Argentinos, nº 18 QI, Manilha, Itaboraí, Rio de Janeiro, CEP: 24800-000,

Francine Távora Lopes Pereira, casada, brasileira, Técnica em Administração, data de nascimento 11/09/1980, portadora do RG sob nº 128798394, data de expedição 06/08/1998, IFP, inscrita no CPF sob nº 091.100.217-01, Filiação; Carmen Lúcia Távora Pereira; Elielson Lopes Pereira, residente na Travessa costa, nº 178, neves, São Gonçalo, Rio de Janeiro, CEP: 24425-710,

Roberta Vieira Moura, casada, brasileira, Técnica de Radiologia, data de nascimento 03/12/1982, portadora do CPF sob o número 102.953.477-24, RG 17595TCRTRJ, data de expedição 14/01/2013, Filiação; Paulo Roberto Carvalho de Moura, Arilda Santos Vieira Moura, residente na Rua Paulino Siqueira, nº 38, Praça Cruzeiro, Rio Bonito, Rio de Janeiro, CEP: 28800-000,

Ademir dos Santos Pereira Junior, casado, brasileiro, Administrador de Empresa, data de nascimento 14/10/1970, portador do CPF sob número 984.255.107-59, inscrito no RG sob número 081087199 IFP, data de expedição 18/11/2016, Filiação; Ademir da Silva Pereira, Marlene dos Santos Pereira, residente na Travessa costa, nº 122, neves, São Gonçalo, Rio de Janeiro, CEP: 24425-710

**DIRETORIA**

Diretor Presidente Anderson Farias Pinto, brasileiro, casado, Bacharel Direito, data de nascimento 19/04/1979, portador do RG sob nº 123698938 IFP, data de expedição 19/05/1997, inscrito no CPF sob nº 08502837796, Filiação; Carmen Lúcia Farias Pinto, Otacílio Vaz Pinto, residente na Travessa Costa nº 178, Neves, São Gonçalo, Rio de Janeiro, CEP: 24425-710,

(21) 3728-4264 - Instalação Municipal 1031701

www.institutorosa-branca.org - institutorosa-branca20@gmail.com

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí - RJ

Margarida

Roberta

PREFEITURA DE MARICÁ  
2000123  
16/10/23  
33

PROTÓCOLO  
Nº 13278  
Lº 4º  
Data 14/09/2023



Diretor Financeiro o Srº Renato Farias Pinto, brasileiro casado, Analista Financeiro, data de nascimento 05/01/1981, portador do RG sob nº 121365738 IFP, data de expedição 09/06/1996, inscrito no CPF sob nº 08768807740, Filiação; Carmen Lúcia Farias Pinto, Otacílio Vaz Pinto, domiciliado na Estrada dos Argentino, nº 18 QI, Manilha, Itaboraí, Rio de Janeiro, CEP: 24800-000,

Diretor Administrativo o Srº Denilson Verissimo Monteiro, casado, brasileiro, Técnico em Administração, data de nascimento 18/10/1965, data de expedição 06/12/2013 do RG, inscrito no RG sob nº 06791712 DIRCRJ, inscrito no CPF sob nº 012.791.997-09, filiação: Manoel Torres Monteiro, Nilda Verissimo Monteiro, Residente na Rua Manoel Monteiro, nº 31, venda das pedras, Itaboraí, RJ, CEP: 24800-4787

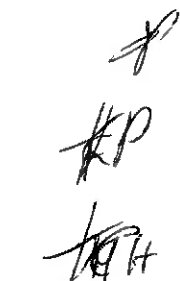

#### CONSELHO FISCAL

Jurema dos Santos Farias Duarte, brasileira, casada, Pedagoga, data de nascimento 26/10/1962, portador do RG sob nº 070103718, IFP, data da expedição 10/06/1997, inscrita no CPF sob nº 00468891757, Filiação; Gervasio Farias, Vilma dos Santos Farias, residente na Av do Canal, nº 12 AP 102, vila Lage, São Gonçalo, Rio de Janeiro, CEP: 24426-260.

Maria das Graças Farias Marinho, divorciada, brasileira, Técnica em Administração, data de nascimento 09/10/1967, portadora do RG sob nº 085988293 IFP, data de expedição 25/01/2005, inscrita no CPF sob nº 00468888705, Filiação; Gervasio Farias, Vilma dos Santos Farias, residente na Rua Drº Alberto Torres, nº 2164 AP 505, neves – São Gonçalo - Rio de Janeiro, CEP: 24426-260

Margarida Henttyzy, divorciada, brasileira, Pedagoga, data de nascimento 16/06/1948, portadora do CPF sob número 48166200791, RG sob número 126751684, IFP, data de expedição 07/03/2006, Filiação; Lídio Helmérrio Henttyzy, Benedita Henttyzy, residente Rua João Cesarino, nº 336, Alcântara, São Gonçalo Rio de Janeiro, CEP: 24710-380

  
  
Margarida  
Roberto





PROTÓCOLO  
Nº 13278  
Lº 4A  
Data 14/09/2023

## LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Do INSTITUTO ROSA BRANCA

CNPJ: 10.962.062/0001-38

PREFEITURA DE MARICÁ

Assinatura nº 211001123

de início: 06/10/23

Assinatura Fis: 34

Lista de presente da reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Instituto Rosa Branca – Rosa Branca, datada no dia 31 de maio de 2023, às dezesseis horas, em sua sede Social, citada na Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 259 – 2º andar – centro – Itaboraí – RJ – CEP: 24800-165, por convocação do senhor PRESIDENTE, segue os presentes.

Anderson Farias Pinto

Francine Távora Lopes Pereira

Roberta Vieira Moura

Renato Farias Pinto

Margarida Renttzy

Tatiane de Menezes Chagas

Maria das Graças Farias Marinho

Jurema dos Santos Farias Duarte

Ademir dos Santos Pereira Junior

Denílson Verissimo Monteiro

Maria das Graças Farias Marinho

Jurema dos Santos Farias Duarte

Denílson V. Monteiro



PROTOCOLO  
Nº 13277  
Lº 4A  
Data 14/09/2023

DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO PREFEITURA DE MARICÁ

INSTITUTO ROSA BRANCA – ROSA BRANCA

21101123  
Início: 16/10/23  
Fis: 35

Registro do Estatuto Primitivo, sob o número de registro 4359

Folha 105 do livro A -25

## ESTATUTO

### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FILIAL E FINALIDADES.

##### DA DENOMINAÇÃO

Art. 1º - O **INSTITUTO ROSA BRANCA**, é uma associação civil de sem fins lucrativos, sendo fundada no dia primeiro do mês de maio de dois mil e nove, filantrópica, de caráter assistencial e social, sem vinculação a qualquer atividade de cunho político-partidário ou religioso, autônoma e independente, que regerá por este Estatuto e pelas normas legais pertinentes. Sendo indeterminado o seu tempo de duração, podendo o Conselho Diretor aprovar a criação de filiais e escritórios no país e/ou no exterior.

I - finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades, vedada a sua distribuição entre os seus sócios, associados, conselheiros, diretores ou doadores;

Art. 2º - O **INSTITUTO ROSA BRANCA**, tem Foro e Sede na Praça Marechal Floriano Peixoto, 259 – 2º andar – Centro – Itaboraí – RJ, CEP: 24800-165. FILIAL: Município de senador Pompeu – CE, no endereço Francisco França Cambraia, número 331, sala 5 – CEP: 63600-000 – Ceará e Rua Anastácio Casimiro, 41, Apartamento 201, 2º andar – centro – Monsenhor Tabosa – CE – CEP: 63780-000;

Art. 3º - O **INSTITUTO ROSA BRANCA** passará a ter como nome fantasia "**ROSA BRANCA**" em sua atuação, podendo utilizar-se da marca e da logomarca da Instituição.

Art. 4º - O **INSTITUTO ROSA BRANCA** atuará de forma beneficente, tendo por finalidade apoiar, gerir e desenvolver ações assistenciais e sociais nas áreas de saúde, de igual forma, com atenção

**INSTITUTO ROSA BRANCA**  
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro – Itaboraí/RJ  
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org



## PROTOCOLO

Nº 13277

Lº 4A

Data 14/09/2023



ao desenvolvimento econômico local no Brasil e em outros países, podendo, inclusive, atuar mediante formação de contratos de gestão, sessão Pública, termos de parceria e convênios com membros da administração pública direta e indireta, através das seguintes linhas de atuação:

- a) ações de saúde, com atenção às afeitas a Estratégia da Saúde da Família, e com gerenciamento em Unidades de Pronto Atendimento, mediante operacionalização e execução de ações e serviços de saúde, sobre os pressupostos do Sistema Único de Saúde (SUS), Administração de Hospitais Públicos e Privados, proporcionando, em território definido, atenção integral e contínua a saúde dos indivíduos e da comunidade, com ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.
- b) Manter hospitais, laboratórios, ambulatorios, clinicas, dispensários, e outros de natureza correlata; Apoiar, assessorar e gerenciar de forma complementar, serviços da saúde, tanto de natureza privada como publica;
- c) Promover a cooperação técnica-administrativa, assim como desenvolver ações no sentido de apoiar e realizar a gestão e a operacionalização de equipamentos, atividades e serviços de saúde como contratação de Médicos, Enfermeiros, Técnicos em Enfermagem, Técnicos em Raio-x, por Serviços de Sociedade por conta de participação – SCP, inclusive no que tange a assistência ambulatorial e hospitalar de alta e media complexidade, ao programa de saúde da família, entre outros; Promover a cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico e estimular a produção de manifestações e bens culturais, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;
- d) Realizar atividades diversas no sentido de promover espetáculos teatrais, de dança, circenses, shows musicais, dentre outras atividades culturais.
- e) Promover atividades dirigidas à educação, investindo na redução da vulnerabilidade de crianças e adolescentes aliada ao sucesso escolar, na implantação de novas metodologias de ensino, na inclusão social associada à educação, entre outras;
- f) Contribuir para o desenvolvimento de projetos socioambientais consistentes;
- g) Disseminar princípios e valores de inclusão social, assim como incentivar a participação de cidadãos, empresas e outras entidades públicas e privadas em projetos de cunho social, educacional, cultural, ambiental, entre outros, visando o desenvolvimento da cidadania e da responsabilidade social;
- h) Fomentar a elaboração de políticas públicas nas áreas afetadas aos seus objetivos;
- i) Divulgar informações, dados, trabalhos, estudos e documentos relacionados com seus objetivos, inclusive mediante a produção e distribuição de matérias didáticos, culturais, obras

INSTITUTO ROSA BRANCA

CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ

Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org





PROTEÇÃO DE DADOS  
Nº 2101123  
de início 16/10/23  
Fis 37  
PROTOCOLO  
Nº 13277  
Lº 4A  
Data 14/09/2023  
FEBRIL  
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS  
RJ

audiovisuais e editoriais, em especial filmes institucionais e documentários, assim com livros, revistas, publicações, entre outros, cuja temática relacione-se com suas finalidades estatutárias;

j) Estimular a investigação científica realizar estudos e pesquisas e prestar serviços relacionados aos seus objetivos;

l) Colaborar ou participar de programas governamentais ou desenvolvidos por entidades privadas ou da sociedade civil que afetem, ou seja, afins as suas áreas da atuação, podendo, inclusive, participar e/ou aceitar assentos em comitês, camarás, fóruns, redes e outros, assim como participar de outras pessoas jurídicas;

m) Montar exposições, oficinas, laboratórios, Workshops, realizar cursos, aulas, simpósios, seminários, congressos, conferencias, palestras ou quaisquer outros eventos e/ou ações educacionais, para crianças, jovens ou adultos, inclusive treinamentos e/ou capacitação profissional, que tenham por foco os objetivos do **Instituto ROSA BRANCA** ;

n) Desenvolver e organizar bancos de dados, produtos, ferramentas, equipamentos, entre outros, relativos às áreas de saber;

o) Conceder bolsas, criar prêmios, concursos e outras ações de estímulos relacionadas com seus campos de atuação;

p) Manter intercâmbio com pessoas nacionais e estrangeiras relacionadas com seu objetivos;

q) Difundir e explorar marcas do **Instituto ROSA BRANCA** e outras que possua ou detenha os direitos de exploração.

r) Receber doações em dinheiro de empresas privadas do Brasil e do Exterior, e receber Doações de Equipamentos de hospitais públicos ou privados;

s) Poderá celebrar Contratos de Prestação de serviços em contratação de mão-de-obra, em todas atividades específicas como Engenharia civil, administração de condomínios, Limpeza, Manutenção de parques e Jardins, mão-de-obra educacional, mão-de-obra assistencial e Administrativa;

**Parágrafo Primeiro:** para a realização de seus objetivos, o **Instituto ROSA BRANCA** poderá celebrar contratos de gestão, convênios, termo de parceria, termo de colaboração, Fomento, acordo de cooperação Técnica, parcerias e outros instrumentos, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, assim como poderá se qualificar como Organização Social tanto junto aos entes federativos (União, Estados, Distritos Federal e Municípios), nos termos da legislação pertinente.

**INSTITUTO ROSA BRANCA**  
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ  
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org



PROTÓCOLO  
Nº 13277  
Lº 4A Fls. —  
Data 14/09/2023

**Parágrafo Segundo:** No desenvolvimento de suas atividades, o **Instituto ROSA BRANCA** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Art. 5º - Para cumprimento do seu objeto social o **Instituto ROSA BRANCA**, poderá atuar ainda com a atualização de valor de marca e logomarca, comercialização de produtos e serviços, tais como publicações, fotografias, camisetas, resíduos reciclados e outros materiais pertinentes aos seus trabalhos, podendo ainda, participar de empresas comerciais, de prestação de serviços, de venda de publicidade em sua Home-Page e demais produtos de Comércio Solidário, desde que os resultados desta ação se revertam ao **Instituto ROSA BRANCA** de modo a permitir a continuidade de seus objetivos sociais.

I - Para o cumprimento do seu objeto social poderá ainda o **Instituto ROSA BRANCA** firmar empréstimos junto a Instituições Financeiras nacionais e/ou internacionais, desde que os valores advindos sejam revertidos para o atendimento às finalidades da própria Instituição.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O prazo de duração do **Instituto ROSA BRANCA** é indeterminado.

## Capítulo II

### DO PATRIMÔNIO E DO REGIME FINANCEIRO

Art. 6º O patrimônio do **Instituto ROSA BRANCA** será composto de:

- a) aportes financeiros diretamente da União, dos Estados e Municípios ou através de suas entidades da administração direta, indireta ou fundacional;
- b) auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;
- c) doações ou legados;
- d) produtos de operações de crédito, internas ou externas, para financiamento de suas atividades;
- e) rendimentos próprios dos bens que possuir;
- f) rendas em seu favor constituídas por terceiros;
- g) rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
- h) usufrutos que lhe forem conferidos;



DIRETORIA DE REGISTRO  
Nº 21101123  
de início: 26/10/23  
Data: 14/09/2023  
Fis: 39



PROTOCOLO  
Nº 13277  
Lº 4A  
Data 14/09/2023

- i) juros bancários e outras receitas de capital;
- j) valores recebidos de terceiros em pagamento de serviços ou produtos;
- l) contribuições de seus associados.

**Parágrafo Único:** As rendas do Instituto ROSA BRANCA somente poderão ser utilizadas para manutenção de seus objetivos, admitida, todavia, a critério da Diretoria, o seu investimento para a obtenção de rendas, destinadas ao mesmo fim.

Art. 7º - O Instituto ROSA BRANCA, requer a não distribuição do patrimônio, inclusive em razão do desligamento, retirada ou falecimento entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores ou membros da entidade, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades.

Art. 8º - O Instituto ROSA BRANCA não remunera e nem concede vantagens e benefício por qualquer título, a seus conselheiros, mantenedores, instituidores, benfeitores ou equivalentes, em razão das competências ou funções que lhe são atribuídas pelo presente Estatuto, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem, podendo, no entanto, contar com bolsistas, empregados, estagiários e voluntários, bem como a colaboração de servidores públicos e outros, além de atuar por meio de serviços de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, contratadas ou conveniadas, na forma da legislação específica.

**Parágrafo Único** - Compete a Administração a fixação da remuneração dos membros da Diretoria da Matriz e Diretoria Regionais;

Art. 9º - A administração financeira obedecerá ao orçamento anual, em que prevalecerão os princípios da unidade e da universalidade.

§ 1º - Os resultados do exercício serão lançados no fundo patrimoniais ou em fundos especiais, mediante proposta da Diretoria e aprovação da Assembleia Geral.

§ 2º - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 10º - Previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de sua atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no Âmbito do Município ou Estado, da mesma área de atuação, ao patrimônio do Município e Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados;



PREFEITURA DE MARICÁ  
Nº 13277  
L.º 4A  
Data 14/09/2023  
Início: 16/10/23  
Fis: 40  
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS  
RJ

### Capítulo III

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 11º – A prestação de contas anual será feita à Assembleia Geral, até 31 de Dezembro, e, além de outros, conterá os seguintes elementos:

- I – balanço financeiro;
- II – balanço econômico;
- III – balanço patrimonial;
- IV – parecer do Conselho Fiscal.

Art. 12º - A prestação de contas da Instituição observará as seguintes normas:

- I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos e internos, independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.
- V – obrigatoriedade de publicação anual de síntese do relatório de gestão e do balanço no Diário Oficial do Estado e ou Município, de forma completa, no sítio eletrônico da organização social, bem como no Portal da Transparência do Poder Executivo, de modo a assegurar o acesso público aos dados e a favorecer os processos de fiscalização e controle social;

### Capítulo IV

#### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 13º – Os que subscrevem a ata de fundação do Instituto ROSA BRANCA são seus membros fundadores e constituem-se em sua Assembleia Geral.

Art. 14º - O Instituto ROSA BRANCA tem como órgãos deliberativos e administrativos a Assembleia Geral, o Conselho Administrativo, a Diretoria e o Conselho Fiscal.

INSTITUTO ROSA BRANCA  
CNPJ: 10.962.062/0001-38  
Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ  
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org





PREFEITURA DE MARICÁ  
nº 21101123  
de Início: 16/10/23  
Fls: 41  
PROTOCOLADO Nº 13277  
Lº 4A  
Data 14/09/2023  
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS RJ

Art. 15º - A Assembleia Geral, órgão soberano da entidade, será constituída por todos os membros fundadores, em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 16º - São atribuições da Assembleia Geral:

I - eleger os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Matriz e Diretoria Regional e do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes;

II - elaborar e aprovar o Regimento Interno do **Instituto ROSA BRANCA**;

III - deliberar sobre o orçamento anual do **Instituto ROSA BRANCA**;

IV - examinar o relatório da Diretoria e deliberar sobre o balanço e as contas, após parecer do Conselho Fiscal;

V - deliberar sobre a conveniência de aquisição, alienação ou oneração de bens pertencentes ao **Instituto ROSA BRANCA**;

VI - decidir sobre a emenda reforma ou revisão, total ou parcial do presente estatuto, inclusive no tocante à sua administração;

VII - deliberar sobre proposta de absorção ou incorporação de outras entidades do **Instituto ROSA BRANCA**;

VIII - autorizar celebração de convênios e acordos com entidades públicas ou privadas;

IX - decidir, em grau de recurso, sobre atos do Conselho de Administração ou da Diretoria;

X - decidir sobre qualquer assunto não afeto a outra unidade do **Instituto ROSA BRANCA**;

XI - completar, por eleição, nos casos de vacância, os quadros dos Conselhos de Administração e Fiscais;

XII - decidir sobre a extinção do **Instituto ROSA BRANCA** e o destino do patrimônio.

XIII - deliberar e fixar o valor da ajuda de custo que será fornecido aos membros do Conselho de Administração por reunião da qual participem;

IX - constituir Conselho de Administração Específico, ainda que com composição e competência distintas de outros que possua, para exercer as atribuições referentes aos contratos de gestão celebrados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e /ou outros Estados e Municípios;

X - A entidade poderá deliberar alterações estatutárias específicas para adequação à Lei 6.043/2011 ou qualquer outra lei, as quais deverão constar em ata."



PREFEITURA DE MARICÁ

Nº 2010A/23

de Início: 06/10/2023

Fis: 42

PROTÓCOLO  
Nº 13277  
L: 4A  
Data: 14/09/2023



**Parágrafo Único:** para a deliberação a que se referem os itens I e VI, deste artigo, será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terço) dos associados presentes à Assembleia Geral Especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Art. 17º - A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente uma vez por ano até o final do mês de março de cada ano, quando convocada pelo seu Presidente, seu substituto legal ou ainda por no mínimo 1/3 de seus membros, para:

- I – aprovar o orçamento e o plano de ação para o exercício;
- II - deliberar sobre o relatório apresentado pela Diretoria sobre as atividades referentes ao exercício social encerrado.

Art. 18º - A Assembleia Geral Ordinária será convocada pelo Diretor Presidente do **Instituto ROSA BRANCA** e a Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada:

- I – pelo Diretor Presidente do **Instituto ROSA BRANCA**;
- II – pela maioria dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal.
- III – por no mínimo, 1/5 (um quinto) da totalidade dos associados.

Art. 19º – A Assembleia Geral será convocada ordinariamente ainda, quando convocada pelo presidente no mês de novembro para:

- I – trienalmente, para eleger a Diretoria e para a renovação do terço do Conselho de Administração e da totalidade do Conselho Fiscal.

Art. 20º – A Assembleia Geral instalar-se-á:

- I – em primeira convocação, com 1/3 (um terço) dos associados;
- II – em segunda convocação, meia hora após o horário previsto, com qualquer número de associados.

Art. 21º - A convocação das reuniões ordinárias ou extraordinárias será feita mediante edital, com pauta dos assuntos a serem tratados, a ser fixado na sede da entidade, com antecedência mínima de oito (8) dias e correspondência pessoal contra recibo aos integrantes dos órgãos de administração do **Instituto ROSA BRANCA**, mencionando explicitamente a ordem do dia, o local e a hora da reunião.

INSTITUTO ROSA BRANCA  
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ  
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org





PREFEITURA DE MARICÁ

Nº 2 MON 123

Data Inicio: 16/10/23

Folha 43

PROTÓCOLO

Nº 13227

Lº 4-A

Data 19, 09, 2023



§ 1º - As reuniões Ordinárias instalar-se-ão em primeira convocação, com a presença mínima da maioria dos integrantes da Assembleia Geral e em segunda convocação, trinta (30) minutos após, com qualquer número de presentes.

§ 2º - As reuniões Extraordinárias instalar-se-ão, em primeira convocação, com 2/3 (dois terços) dos integrantes da Assembleia Geral e, em segunda convocação, trinta (30) minutos após, com maioria absoluta dos integrantes do referido órgão.

Art. 22º - As deliberações da Assembleia Geral tomar-se-ão por maioria absoluta de votos dos membros presentes. O voto é pessoal, não sendo aceitas procurações.

Art. 23º - As deliberações da Assembleia Geral serão objeto de ata especial, a qual deverá ser assinada por aquele que a presidir e por aquele que a secretariar, sendo a ele anexada lista de presença, devidamente assinada pelos associados presentes.

## CAPITULO V

### DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 24º - O Conselho de Administração, órgão de deliberação superior e controle do **Instituto ROSA BRANCA** será composto por, no máximo 11 (onze) membros, previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade e da sociedade civil, de notória capacidade profissional e idoneidade moral, sendo composto por:

I - Seguinte;

- Até 30% (trinta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, na forma definida pelo estatuto da entidade;
- No máximo 25% (vinte e cinco por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil;
- até 10% (Dez por cento) no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou associados;
- No máximo 25% (vinte e cinco por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral.
- até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;

INSTITUTO ROSA BRANCA  
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ  
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org



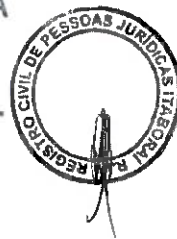
PREFEITURA DE MARICÁ

Nº 2MOA123

de Início 16/10/23

de Fim 44

PROTOCOLO  
Nº 13277  
Lº 44  
Data 14/09/2023



II- Seguinte;

- a) até 55% (cinquenta e cinco por cento), no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;
- b) 35% (trinta e cinco por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- c) 10% (dez por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade;

III – Seguinte;

- a) Até 30% (trinta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, na forma definida pelo estatuto da entidade;
- b) No máximo 30% (trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil;
- c) até 10% (Dez por cento) no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou associados;
- d) No máximo 30% (trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral.

IV - seguinte

- a) 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros representantes do Poder Público, indicados pelo Governador ou por delegação pelo Secretário de Estado;
- b) 40 a 50 % (quarenta a cinquenta por cento) de membros da sociedade civil, de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, na forma prevista no estatuto da entidade;
- c) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- d) 10% (dez por cento) de membros indicados pelos empregados da entidade e/ou servidores colocados à disposição, dentre estes, na proporção de 50% (cinquenta por cento), na forma prevista no Estatuto da entidade;

INSTITUTO ROSA BRANCA  
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro – Itaboraí/RJ  
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org



PROTÓCOLO

Nº 13277-

Lº 4A Pto. -

Data 14/09/2023

PREFEITURA DE MARIÁPOLA

Nº 2MON1281CA

de Início 06/10/2023

Assinatura JS AS



V – Seguinte

- a) Até 40% (quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, na forma definida pelo estatuto da entidade;
- b) No máximo 25% (vinte e cinco por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil;
- c) até 10% (Dez por cento) no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou associados;
- d) No máximo 25% (vinte e cinco por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral.
- e) até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;

**Parágrafo Primeiro:** O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 04 (quatro) anos, admitida uma recondução. Bem como a renovação das representações deve ser paritária e proporcional, conforme previsto no Estatuto;

**Parágrafo Segundo:** O primeiro mandato de metade dos membros do Conselho de Administração será de 02 (dois) anos, conforme alíneas "a", "b" "c" d" e", do inciso I, conforme alínea "a", "b", "c", do inciso II, conforme alínea "a", "b", "c" d", do inciso III, , conforme alínea "a", "b", "c" d", do inciso IV, , conforme alínea "a", "b", "c" d" e, do inciso V, bem como a renovação das representações deve ser paritária e proporcional, conforme previsto no Estatuto;

**Parágrafo Terceiro:** O conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão escolhidos na primeira reunião do Conselho de Administração, por seus pares, dentre seus membros, e terão mandatos de 02 (dois) anos, permitindo uma recondução.

**Parágrafo Quarto:** Ao presidente do conselho de Administração ou, na sua falta, ao Vice-Presidente, compete coordenar as atividades deste Conselho, acompanhar as atividades do Instituto ROSA BRANCA além das demais atribuições previstas neste Estatuto e/ou que lhe forem conferidas pelo próprio Conselho de Administração.

**Parágrafo Quinto:** O Vice-Presidente do Conselho de Administração substituirá o Presidente deste em suas faltas, impedimentos e no caso de vacância até a indicação de seu substituto.

INSTITUTO ROSA BRANCA  
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ  
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org



PROTÓCOLO  
Nº 13277-  
Lº 4A  
Data 14/09/2023

**Parágrafo Sexto:** Na hipótese de vacância de cargo do Conselho de Administração, o respectivo substituto será eleito para completar o mandato do substituto, respeitando-se o disposto nas alíneas "a" "b" "c" "d" "e", acima.

**Parágrafo Sétimo:** Os membros do Conselho de Administração não poderão ser;

- a) Cônjuge, companheiro ou parceiro, consanguíneos ou afins, e linhas reta ou colateral, até o terceiro grau, do Presidente da República, Vice-Presidente da República, Governador de Estado, Vice-Governador, Prefeito, Vice-Prefeito, Ministros e Secretários de Estado, Subsecretários e Parlamentares, Senadores, Deputados e Vereadores, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e das Agências Reguladoras;
- b) Servidor público detentor de cargo comissionado ou função gratificada.

Art. 25º – O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, 03 (três) vezes a cada ano e, extraordinariamente, sempre que necessário.

**Parágrafo Único:** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por no mínimo, 1/5 (um quinto) de seus membros.

Art. 26º – O conselho de Administração reunir-se-á com a presença mínima de metade de seus membros e suas deliberações serão adotadas por maioria simples de votos, ressalvados os casos de quórum especial.

Art. 27º – Compete ao Conselho de Administração;

- a) Fixar o âmbito de atuação do **Instituto ROSA BRANCA**, para consecução do seu objeto, conforme artigo 4º e incisos;
- b) Aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;
- c) Aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimento, assim como a proposta de programa de trabalho e o relatório anual da Diretoria;
- d) Fixar a remuneração aos membros da Diretoria Matriz e Diretoria Regionais;
- e) Aprovar a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de 2/3 (dois terço) de seus membros;
- f) Aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e as competências;
- g) Aprovar e dispor sobre alteração, por maioria de no mínimo dois terços seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que o **Instituto ROSA BRANCA** deve adotar

INSTITUTO ROSA BRANCA  
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ  
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org



PROTÓCOLO  
Nº 13277.  
Lº 4A  
Data 14/09/2023

para a contratação de obras e serviços, bem como para compra e alimentação, e o plano de cargos, salários e benefício dos empregados da entidade;

- h) aprovar e encaminhar ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria, as Secretarias de Estados e / ou Municipais que estejam executando o contrato de Gestão, semestralmente, bimestralmente ou trimestralmente, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade e os demonstrativos financeiros e contábeis, elaborados pela diretoria executiva;
- i) fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa;
- j) Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral, conforme previsto neste estatuto.
- k) Eleger e destituir os membros da diretoria central e das diretorias regionais;
- l) Definir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente Estatuto;
- m) Designar e dispensar os membros da Diretoria, ou, no caso de associação civil, propor a destituição à Assembleia Geral da entidade;
- n) Aprovar e dispor a alterações dos estatutos e a extinção da entidade por maioria, no Mínimo, de dois terços de seus membros;
- o) Pronunciar-se sobre assuntos que lhe forem submentidos pela Diretoria executiva da entidade;
- p) Pronunciar-se sobre denúncia que lhe for encaminhada pela sociedade civil em relação a gestão e aos serviços sob a responsabilidade da entidade, adotando as providências cabíveis;
- q) Os diretores de Organizações Sociais, caso participem de mais de uma entidade regida por esta Lei, somente receberão remuneração por uma delas;

Art. 28º) o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho, sem direito a voto;

Art. 29º) os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas ou qualquer outro cargo da entidade;

Art. 30º) Os conselheiros não receberão remuneração pelos serviços que, nesta condição prestarem à Organização Social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;





PREFEITURA DE MARICÁ

Nº 20001/23

de Início: 16/10/23

Fis: 48

PROTOCOLO  
Nº 13277  
Lº 44  
Data 14/09/2023



## CAPÍTULO VI

### DA DIRETORIA

Art. 31º - A Diretoria é órgão de direção, administração e gestão do **Instituto ROSA BRANCA** e será composta:

I – Diretor Presidente;

II – Diretor Administrativo

III – Diretor Financeiro

§ 1º - O mandato dos integrantes da Diretoria será de (4) quatro anos, permitida a reeleição.

§ 2º - Não Poderão ser eleitos para os cargos de diretoria da entidade os sócios que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto aos órgãos do Poder Público.

§ 3º - A Diretoria reunir-se-á a cada 03 meses, ou sempre que necessário por convocação do Diretor Presidente.

Art. 32º - Ocorrendo vaga em qualquer cargo de titular da Diretoria, caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do período para que foi eleito.

Art. 33º - Ocorrendo vagas entre os integrantes suplentes da Diretoria, a Assembleia Geral se reunirá no prazo máximo de trinta dias após a vacância, para eleger o novo integrante.

Art. 34º - Compete à Diretoria:

I – adotar todas e quaisquer medidas necessárias à administração do **Instituto ROSA BRANCA**, observando os termos do presente estatuto e do que for decidido pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

II – elaborar a proposta do programa de trabalho do INSTITUTO e seus respectivos orçamentos;

III – elaborar os relatórios anuais de atividades do **Instituto ROSA BRANCA**;

IV – nomear representantes e coordenadores, criar comissões extraordinárias ou permanentes e grupos de trabalhos para auxiliar na execução de projetos e atividades ou na defesa de interesse específico do **Instituto ROSA BRANCA**;

V – deliberar sobre a participação do **Instituto ROSA BRANCA** em programas governamentais ou desenvolvidos por entidades públicas ou privadas;

VI – aprovar a admissão de associados efetivos;

**INSTITUTO ROSA BRANCA**  
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ  
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org





PREFEITURA DE MARICÁ  
Nº 211001/23  
Data Inicio: 16/10/23  
Fis: 47  
PROTÓCOLO Nº 13277-  
Lº 44  
Data 14/09/2023



VII – celebrar termos de parceria, convênios, contratos e acordos de interesse do **Instituto ROSA BRANCA**;

VIII – aprovar quaisquer contratações e demissões de funcionários;

IX – alienar e onerar bens imóveis do **Instituto ROSA BRANCA**, mediante autorização de Assembleia Geral;

X – convocar a Assembleia Geral, conforme previsto no estatuto;

XI – exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto;

**Parágrafo único:** Os documentos atinentes à gestão financeira do **Instituto ROSA BRANCA**, tais como cheques, ordens de pagamento e outros documentos que implique obrigações de pagamento pelo **Instituto ROSA BRANCA** devem ser assinados pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro.

Art. 35º - Compete ao Diretor Presidente:

I – diligenciar pelo cumprimento dos objetivos sociais do **Instituto ROSA BRANCA**;

II – representar o **Instituto ROSA BRANCA** ativa e passivamente, em juízo e fora dele;

III – convocar e presidir reuniões da Assembleia Geral;

IV – convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

V – participar das reuniões do Conselho de Administração

VI – gerenciar todo o movimento da entidade, coordenando o trabalho dos demais membros da Diretoria;

VII – admitir e demitir os funcionários do **Instituto ROSA BRANCA**;

VIII – elaborar em conjunto com o Diretor Financeiro o relatório anual de atividades e a proposta do programa de trabalho do **Instituto ROSA BRANCA**;

IX – comparecer ou fazer-se representar nas solenidades, atos oficiais e sociais de interesse do **Instituto ROSA BRANCA**;

X – assinar todos os documentos relativos às atividades do **Instituto ROSA BRANCA**;

XI – assinar, nos termos do **artigo 34, parágrafo único** deste Estatuto, cheques, ordens de pagamento e outros documentos que impliquem obrigações de pagamento pelo **Instituto ROSA BRANCA**;

**INSTITUTO ROSA BRANCA**  
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ  
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org



**PROTOCOLO**  
Nº 13277.  
Lº 47  
Data 14/09/2023

XII – adotar providências para que os associados possam exercer seus direitos e cumprir seus deveres;

XIII – outorgar procurações, inclusive “ad judícia”, que poderão ser por prazo indeterminado.

Art. 36º - Compete ao Diretor Administrativo:

I - diligenciar pelo cumprimento dos objetivos sociais do **Instituto ROSA BRANCA**;

II – ter sob sua guarda livros e arquivos relacionados às suas atribuições;

III – secretariar as reuniões da Assembleia Geral e da Diretoria, bem como redigir e lavrar as respectivas atas;

IV – responsabilizar-se pelos serviços de divulgação dos trabalhos, esclarecimentos e relações públicas, mantendo o contato e intercâmbio com órgãos da imprensa e comunicação;

V – exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente.

Art. 37º – Compete ao Diretor Financeiro:

I – diligenciar pelo cumprimento dos objetivos sociais do **Instituto ROSA BRANCA**;

II – gerenciar, organizar e dirigir os serviços financeiros, zelando pelo equilíbrio, correção e propriedade orçamentária do **Instituto ROSA BRANCA**;

III – ter sob sua guarda bens e valores do **Instituto ROSA BRANCA**;

IV – responsabilizar-se pelos balanços e outros documentos contábeis e financeiros do **Instituto ROSA BRANCA**;

V – elaborar em conjunto com o Diretor Presidente, o relatório anual de atividades e a proposta do programa de trabalho do **Instituto ROSA BRANCA**;

VI – arrecadar as receitas e administrar o pagamento das despesas do **Instituto ROSA BRANCA**;

VII – assinar, nos termos do artigo 34, parágrafo único deste Estatuto, cheques, ordens de pagamento e outros documentos que impliquem obrigações de pagamento do **Instituto ROSA BRANCA**;

VIII – substituir o Diretor Presidente nas suas faltas e impedimento;

IX – exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente.

Art. 38º - Atribuições da Diretoria Regional;

**INSTITUTO ROSA BRANCA**  
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ  
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org



PREFEITURA DE MARICÁ

2020/1/23

de início: 16/10/23

Por: Jm Fis: SA

PROTÓCOLO

Nº 13237

Lº 4A

Data 14, 09, 2023



I - terá mandato de (2) dois anos, permitida a reeleição

II - Administrará as filiais sempre em conjunto com a Administração da sede e supervisão da sede.

III - Responderá ativa e passivamente pelas ações Administrativas da filial;

IV - Prestar contas mensalmente a respeito da Administração da filial;

Art. 39º - Compete ao Diretor Financeiro da Regional;

I - Gerir os capitais permanentes da filial em conjunto e supervisão da Administração da sede;

II - Assinar em conjunto com o Diretor Presidente da sede cheques, ordens de pagamento e outros documentos que impliquem obrigações de pagamento dos contratos oriundos da filial;

III - Poderá abrir contas e as operacionaliza - lãs, sempre em conjunto com o Diretor Presidente da sede;

IV - Responder ativa e passivamente ela administração financeira da filial;

VI - Usar a denominação da entidade dentro das autorizações permitidas pela matriz;

VII - Prestar contas mensalmente a respeito de sua filial, à matriz;

VIII - O Diretor Financeiro Regional, reporta normalmente ao Diretor-Geral;

## CAPÍTULO VII

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 40º - O Conselho Fiscal será composto por três membros e um membro suplente, eleitos pela Assembleia Geral e o seu mandato será coincidente com o mandato da Diretoria;

I - Os membros do Conselho Fiscal, na primeira reunião, elegerão, entre seus membros titulares, o seu Presidente.

II - O conselho fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente, sempre que necessário.

III - O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 04 (quatro) anos e coincidirá com o mandato da Diretoria, admitindo-se reconduções.

Art. 41º - Compete ao Conselho Fiscal:

I - examinar os livros de escrituração da Instituição;

INSTITUTO ROSA BRANCA  
CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ  
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org



PREFEITURA DE MARICÁ  
- Nº 21101/23  
de início: 16/10/23  
Fis: 52



PROTOCOLO  
Nº 13277-  
Lº 4A  
Data 14/09/2023

- II – opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- III – requisitar ao Diretor Financeiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
- IV – acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V – convocar extraordinariamente a Assembleia Geral;

## CAPÍTULO VIII

### DOS MEMBROS, SEUS DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

Art. 42º – São membros do **INSTITUTO ROSA BRANCA** aqueles que a ele se associar, comprometendo-se a respeitar este Estatuto, o regimento interno, regulamentos, deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria e toda a legislação que for aplicada ao **Instituto ROSA BRANCA**.

Art. 43º – Os membros serão divididos nas seguintes categorias:

I – fundadores – aqueles que idealizaram e organizaram o **Instituto ROSA BRANCA**, assinando os seus atos constitutivos;

II – beneméritos – aqueles que prestaram relevantes serviços ao e forem propostos e aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;

III – contribuintes – aqueles que vierem a ter sua admissão ao quadro associativo aprovado pela Diretoria;

§ 1º – na categoria membros beneméritos e contribuintes serão admitidas pessoas físicas e jurídicas e, no caso de pessoa jurídica, deverá ser designado um representante perante o **Instituto ROSA BRANCA**.

Art. 44º – Em caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do Estatuto;

Art. 45º – São direitos dos associados:

I – Ter voz e voto nas assembleias e reuniões do **Instituto ROSA BRANCA**;

II – apresentar propostas e projetos que venham ao encontro dos objetivos do **Instituto ROSA BRANCA**;

**INSTITUTO ROSA BRANCA**  
CNPJ: 10.962.062/0001-38  
Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ  
Contato: institutorosabranca28@gmail.com; www.institutorosabranca.org



PREFEITURA DE MARICÁ  
Nº 211001/23  
de Início: 16/10/23  
Fls. 53  
PROTÓCOLO  
Nº 73277  
Lº 44  
Data 14/09/2023



III – Requerer a convocação de reunião Extraordinária da Assembleia Geral, na forma deste Estatuto;

IV – Votar e ser votado para os cargos eleitos dos órgãos do **Instituto ROSA BRANCA**;

V – Apresentar e oferecer sugestões ao Conselho de Administração e à Diretoria sobre assuntos de interesse do **Instituto ROSA BRANCA**;

VI – Solicitar seu desligamento no quadro de associados do **Instituto ROSA BRANCA**;

Art. 46º – São deveres dos associados:

I – cumprir fielmente o presente Estatuto e demais decisões do órgão colegiado e da Diretoria;

II – zelar pelo patrimônio e pelo prestígio do **Instituto ROSA BRANCA**;

III – colaborar sempre, direta ou indiretamente, com as atividades e realizações do **Instituto ROSA BRANCA**;

IV – comunicar por escrito quando mudar de domicílio, telefone ou endereço eletrônico;

V – no caso de necessidade de afastamento do quadro de associados, comunicar por escrito com antecedência mínima de quinze dias;

VI – comparecer às assembleias gerais ordinárias e extraordinárias.

**Parágrafo Único:** A Diretoria avaliará as justificativas do não comparecimento às assembleias.

Art. 47º – Os membros perdem seus direitos por:

I – deixar de cumprir uma ou mais disposições do artigo anterior;

II – infringir disposição estatutária, regimental, regulamentar ou decisão da Diretoria;

III – expressar-se publicamente de forma a denegrir o **Instituto ROSA BRANCA**, provocar discórdia ou desunião entre os seus associados;

IV – praticar delitos, desviar bens do **Instituto ROSA BRANCA**;

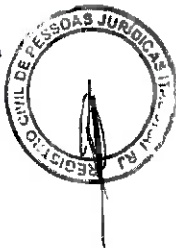
V – praticar atos que impliquem em desabono ou descrédito do **Instituto ROSA BRANCA** ou de seus associados.

**Parágrafo Único:** O desligamento será objeto de processo administrativo proposto e conduzido pela Diretoria, assegurada à ampla defesa, e concretizado por aprovação de seu relatório pela Assembleia Geral.





PREFEITURA DE MARICÁ  
Nº 2000A/23  
de Início: 16/10/23  
Fis: 54  
Nº 13277  
Lº 4A  
Data 14/09/2023



## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48º - Os membros e dirigentes do **Instituto ROSA BRANCA** não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações da Entidade.

Art. 49º - O **Instituto ROSA BRANCA** é composto por número ilimitado de membros, distribuídos em categorias de fundadores, benfeitores, honorários e contribuintes, a aceitação de novos associados conforme prevê o artigo 42, se dará através da proposta de outro associado em indicação a Diretoria.

**Parágrafo único:** A primeira Assembleia Geral do **Instituto ROSA BRANCA**, composta por seus fundadores, designará comissão para elaborar regimento que conste as condições para a ele se associar, bem como das categorias, direitos, deveres e obrigações dos membros.

Art. 50º - Os Conselhos Administração e Fiscal elegerão seus presidentes na primeira reunião subsequente à escolha dos mesmos.

Art. 51º - O quórum de deliberação será 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral, em reunião extraordinária, para as seguintes hipóteses:

I - alteração dos Estatutos;

II - alienação de bens imóveis e gravação de ônus reais sobre os mesmos;

III - aprovação de tomada de empréstimos financeiros de valores superiores a 10 (dez mil) salários mínimos;

IV - extinção do **Instituto ROSA BRANCA**.

Art. 52º - O orçamento do **Instituto ROSA BRANCA** será uno anual e compreenderá todas as receitas e despesas, compondo-se de estimativa de receita, discriminadas por dotações e discriminação analíticas das despesas de modo a evidenciar sua fixação para cada órgão, projeto ou programa de trabalho.

Art. 53º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral, ficando eleito o foro da Comarca de Itaboraí, para sanar possíveis dúvidas.



PREFEITURA DE MARICÁ  
Nº 13277  
Lº 44  
Data 14/09/2023  
Fis: 55  
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

## Capítulo X

### DA EXTINÇÃO

Art. 54º - O Instituto ROSA BRANCA entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou por deliberação da Assembleia Geral especialmente convocada, com quórum de 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um), em primeira convocação e 1/3 (um terço) em segunda convocação, meia hora depois, com aprovação mínima de 2/3 (dois terços) dos associados presentes com direito a voto.

Art. 55º - No caso da Dissolução, extinção da instituição haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe forem destinadas, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra instituição qualificada para a mesma área de atuação, ou ao patrimônio da administração pública, de onde estiver executando o contrato de gestão, na proporção dos recursos e bens por este alocados, sem prejuízo da liquidação que não se aterá, no atendimento do passivo, a qualquer prévia destinação.

Art. 56º - Na eventualidade de extinção por fusão ou Incorporação ou desmembramento será nomeada a partir de Assembleia uma comissão formada por sócios e terceiros interessados, que ficará responsável e obrigada aos estudos necessários aos atos de extinção, nos moldes em que ocorrer o ato, tais como o levantamento patrimonial, balanço geral, destino dos fundos de contingências e outros e, o projeto de estatuto, que será apresentado a Assembleia Geral, e, se aprovado o relatório da comissão conjunta e os respectivos documentos à extinção da personalidade jurídica, deverá se registrada no órgão estadual competente, em duas vias, com a publicação do arquivamento.

**Parágrafo único:** Previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe forem destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado ou Município da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado ou Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados;

*[Handwritten signatures]*



INSTITUTO ROSA BRANCA

DEFEITURA DE MARICÁ

11º 2001/23

de Início: 16/10/23

Fis: 56

PROTOCOLO  
Nº 13277  
Lº 4A  
Data 14/09/2023



## Capítulo XI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57º - O exercício social encerrar-se-á em 31 de Dezembro de cada ano.

Art. 58º - Após a aprovação desta reforma estatutária serão revogadas as disposições anteriores, passando a produzir efeitos a partir de seu registro e publicidade junto a órgão público competente, conforme definido em legislação.

Itaboraí, 11 de setembro de 2023

*Tatiane*

Tatiane de Menezes Chagas

Presidente do Conselho

*Denilson*

Denilson Verissimo Monteiro

Diretor Administrativo

g vb

Documento assinado digitalmente  
ANDERSON FARIAS PINTO  
CPF: 12.123.456-78  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Anderson Farias Pinto

Diretor Presidente



OFÍCIO DE JUSTIÇA  
ITABORAÍ

Tabellão e Oficial de Registro: Marcelo Poppe de Figueiredo Fáblio 089971A-81087  
Praça Marechal Floriano Peixoto, 41 - Centro - Itaboraí - RJ  
Telefone: (21) 2830-1288/2630-1284

Certifico que o presente documento foi protocolado sob o nº 13277, no livro 4A, em 14/09/2023 e registrado sob o nº 4359 às folhas 231 do livro R133 em 09/10/23.

Selo Eletrônico de Fiscalização:

EEFI 23761 EKV

<https://www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consulta>  
Consulte a validade do Selo em:  
Custas Emol+ FETJ + FUNDERJ + FUMPERJ +  
FUNARPEN + PMCMV + SELO FISCALIZAÇÃO. Total: R\$540,00.



INSTITUTO ROSA BRANCA

CNPJ: 10.962.062/0001-38

Praça Marechal Floriano Peixoto, 259/2º andar - Centro - Itaboraí/RJ

Contato: [institutorosabranca28@gmail.com](mailto:institutorosabranca28@gmail.com); [www.institutorosabranca.org](http://www.institutorosabranca.org)